



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

**ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TRT DA 11ª REGIÃO -
14/2/2025.**

Aos catorze dias do mês de fevereiro de 2025, às 09h00, reuniram-se, no auditório da Sede Administrativa, a alta administração e os dirigentes do nível tático do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, para tratar de temas relacionados à execução da Estratégia Institucional do TRT-11, com foco no Plano Estratégico Institucional (PEI 2021-2026) e nos projetos que integram o Plano de Gestão da Presidência (PGP 2024-2026). A reunião foi presidida pelo Excelentíssimo Desembargador **Jorge Álvaro Marques Guedes**, presidente do TRT-11, acompanhado da Juíza Auxiliar da Presidência **Carla Priscilla Silva Nobre** e também da Secretária-Geral da Presidência, servidora **Gesla Lima Silva**. Os dirigentes do nível tático do TRT-11 e demais servidores que se fizeram presentes no evento estão relacionados a seguir: **Ildefonso Rocha de Souza** (Diretor-Geral), **Gabriela Maria Aragão Nery** (Diretora da Secretaria-Geral Judiciária-SGJ), **Andreza Letícia Oliveira Tundis Ramos** (Diretora do Centro de Inteligência/Coordenadoria de Precedentes e Ações Coletivas-CIPAC), **Mônica Lopes Sobreira Leite** (Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica-SEGGEST), **Devane Batista Costa** (Diretora da Assessoria de Ordenança-ASSORD), **Keine Barbosa Bezerra do Valle** (Diretora da Assessoria de Governança de Gestão de Pessoas-ASSEGESP), **Matheus de Jesus Carvalho Moura** (Diretor da Assessoria de Integridade e Gestão de Riscos-ASSIGER), **Gláucia de Oliveira Bezerra e Silva** (Diretora da Secretaria da Execução da Fazenda Pública – Precatórios-SECEFAP), **Luana Joia de Figueiredo Costa Balbino** (Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças-SOF), **Aldo José Pereira Rodrigues** (Diretor da Secretaria de Administração-SAD), **Alfredo Melo da Silva** (Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas -SGPES), **Lucas Ribeiro Prado** (Diretor da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas -CODEP), **Evandro Video de Souza Junior** (Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações-SETIC), **Ana Carolina Cabrinha Gama** (Diretora da Coordenadoria de Operação e Suporte-COSUP), **Jander Lúcio Teixeira e Silva** (representando a Diretora da Coordenadoria de Apoio ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Disputas - COONUPEMEC), **Ricardo Henrique Alves de Carvalho** (Diretor da Coordenadoria de Sistemas Processuais-CSP), **Bárbara Andreza Pedrosa de Oliveira Pacheco** (Diretora da Coordenadoria de Governança de Contratações e Obras-COGCO), **Andreia Cristina de Almeida Nunes** (Diretora da Coordenadoria de Comunicação Social-COORDCOM), **Osvaldo Henrique Rodrigues da Silva** (Diretor da Coordenadoria de Polícia Judicial-COOPJUD), **Robson Barbosa Cordeiro** (Servidor da COOPJUD, TC PM Ailton Luiz dos Santos (Diretor da Divisão de Apoio Externo Institucional-DIVAEI), **Bruno Carneiro Pinheiro** (Diretor da Coordenadoria de Saúde-CODSAU), **Jurandir da Conceição Santos Filho** (Diretor da Coordenadoria de Manutenção e Projetos-COMANP), **Cristina Marinho da Cruz** (Diretora da Divisão de Execução Concentrada-DECON), **Vitor Cruz e Silva Marques** (Servidor da DECON), **Laura Driele Gomes Melo Barbosa Lindoso e Lima** (Diretora da Divisão de pesquisa Patrimonial-DPP), **José Carlos Pereira Campos** (Diretor da Divisão de Passagens e Diárias-DIPADI), **José de Arimathea Matias Fernandes** (Diretor da Assessoria Jurídica da Presidência), **Hylace Miranda Braga Filho** (Diretor do Laboratório de Inovação dos Objetivos Sustentáveis-LIODS), **Winder Jane Moreira Silva** (Diretora da Divisão de Projetos e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

Iniciativas Nacionais-DIPIN), **Jonatas Andrade dos Santos** (Diretor da Divisão de Estatística-DIVIST), **Daniel Santos da Silva** (Chefe da Seção de Gestão de Processos e Negócios-SEGENE) e **Gabriel Melgueiro Neto** (Assistente-chefe da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica-SEGGET). A reunião foi aberta pelo Excelentíssimo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, Desembargador **Jorge Álvaro Marques Guedes**, que, juntamente com a Dra. **Carla Priscilla Silva Nobre**, deu as boas-vindas a todos os presentes. Na sequência, a palavra foi passada à Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGGET), servidora **Mônica Lopes Sobreira Leite**, que cumprimentou os participantes e iniciou sua fala com a seguinte explicação: O principal objetivo da Reunião de Acompanhamento da Estratégia (RAE) é monitorar a execução da estratégia organizacional, acompanhando indicadores, metas e iniciativas – como projetos, programas e planos de ação – que orientam o tribunal no cumprimento de sua missão e no alcance de sua visão institucional. Esses encontros são fundamentais para identificarmos ajustes e promovermos melhorias contínuas, assegurando maior eficiência e desempenho à nossa atuação. Em seguida, acrescentou: Cada gerente irá apresentar os projetos vinculados ao Plano de Gestão da Presidência (PGP 2024-2026), que têm por finalidade viabilizar os objetivos previstos no Plano Estratégico Institucional (PEI 2021-2026). Comentando sobre o Prêmio CNJ de Qualidade, tema já tratado em reunião anterior com a Presidência, prosseguiu: Esse prêmio representa a maior honraria concedida pelo CNJ e pelo Poder Judiciário. O Conselho publica diversas resoluções que os tribunais precisam cumprir. Quando essas normas não são observadas, o CNJ passa a cobrá-las por meio de metas incorporadas ao prêmio, como forma de engajamento. Um exemplo é a Resolução nº 219, que trata da distribuição de servidores e funções. No nosso entendimento, essa norma não foi devidamente adaptada à realidade da Justiça do Trabalho. No entanto, as demais resoluções devem ser cumpridas, ainda que, na prática, muitas delas não estejam sendo plenamente executadas. Sobre a estrutura do prêmio, explicou: Ele é composto por quatro eixos: *Governança, Produtividade, Transparência e Dados e Tecnologia*. Atualmente, temos maior dificuldade no eixo da *Produtividade*, que é justamente o que avalia nossa atividade-fim. Embora tenhamos evoluído nos últimos dois anos, o TRT-11 ainda se encontra abaixo da média de outros tribunais do mesmo porte. A SEGGET vem monitorando os indicadores e fazendo comparativos para que cada unidade identifique seus gargalos e promova melhorias. Referindo-se ao eixo de *Dados e Tecnologia*, pontuou: A maior pontuação do prêmio está no DataJud, mas ele também é o eixo mais difícil. Desde que o sistema passou à gestão estratégica, observamos discrepâncias em relação ao E-Gestão, que é nosso sistema interno. O DataJud exige constante atualização, com parâmetros que mudam repentinamente, tornando o trabalho bastante complexo e cansativo. Sobre os demais eixos, afirmou: O eixo *Governança* abrange a área administrativa e ações de responsabilidade social, como iniciativas dos comitês temáticos, combate ao assédio e à discriminação, entre outros. Já o eixo *Transparência* envolve o Portal da Transparência e as demandas da Ouvidoria. Em 2024, alcançamos 97,3% no índice de transparência, saindo da última posição para 99,7%, graças ao trabalho da Assessoria de Integridade e Gestão de Riscos e da área de TI, com melhorias significativas no portal. Resumindo a importância da premiação, declarou: O Prêmio CNJ de Qualidade busca medir o desempenho institucional. Desde a criação dos conselhos, os tribunais passaram a ser fiscalizados de forma mais rigorosa, com novos sistemas para monitoramento contínuo. A gestão estratégica realiza constantes consultas nesses sistemas do CNJ e do CSJT. Finalizando,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

dirigiu-se aos gestores: Essa é a essência do prêmio. Por isso, eu e a Dra. Carla temos discutido os requisitos, os resultados anteriores e os pontos que precisamos melhorar. A proposta é realizar reuniões específicas com o grupo de trabalho do prêmio e, também, encontros com os gestores individualmente, para que todos possam alcançar o melhor desempenho possível. Um cronograma será estabelecido para essas reuniões. Foi iniciada então a apresentação dos projetos na seguinte ordem: 1. **DIRETORIA-GERAL (DG):** O servidor **Ildefonso Rocha de Souza**, Diretor-Geral, manifestou-se sobre os projetos *Mãos à Obra*, *Alô Manu Interior* e *Gestão Integrada*: Há algum tempo, a Diretoria-Geral estava sem apresentar projetos com acompanhamento formal. No entanto, com a aprovação, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, da retomada da obra do novo Fórum Trabalhista de Manaus, passamos a nos mobilizar – desde o ano passado, junto ao Desembargador Jorge Álvaro, então presidente da Comissão de Fiscalização de Obras – para que, a partir do início da nova gestão, fosse possível acelerar esse processo de forma efetiva. Assim, elaboramos três projetos, que estão voltados para a: 1 - retomada da obra do Fórum Trabalhista de Manaus; 2 - situação das Varas do interior; e 3 - integração com os gestores, com foco nos objetivos da gestão 2024–2026. Sobre o primeiro projeto, *Mãos à Obra*, explicou: O objetivo é capacitar os servidores envolvidos na retomada da obra do novo Fórum, com foco na fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia, conforme a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021). O projeto inclui o levantamento de necessidades, o planejamento das etapas de contratação com as unidades gestoras, o desenvolvimento de um sistema de gerenciamento das contratações e a realização de reuniões com os gestores das unidades administrativas responsáveis. Tudo isso culminará na conclusão do processo licitatório para a retomada da obra. Antes de prosseguir, fez um agradecimento: Agradeço a colaboração da Diretoria-Geral, da Secretaria de Administração, da Secretaria de Assessoramento Jurídico, da Coordenadoria de Manutenção e Projetos, do Núcleo de Engenharia e Arquitetura, da Coordenadoria de Governança de Contratações e Obras e do LIODS – Laboratório de Inovação e Desenvolvimento Sustentável. Retomando a apresentação, informou: Já há um cronograma com quatro entregas previstas. O planejamento está concluído e será apresentado ao Presidente. Realizamos reuniões com as unidades envolvidas e estamos iniciando a capacitação dos servidores, com prazo final até 19 de fevereiro de 2025. A terceira entrega é o sistema de gerenciamento, previsto para 20 de março de 2025. A última etapa é a licitação, que deverá estar concluída até 30 de junho de 2025. Em seguida, serão elaborados os estudos técnicos, mapas de risco e o edital. Sobre o segundo projeto, *Alô Manu Interior*, destacou: A inspiração veio do projeto “Alô Manu”, do LIODS. Criamos o ‘Alô Manu Interior’ para estreitar o contato com os diretores das Varas do Trabalho do interior, ouvir suas demandas e garantir a manutenção adequada dessas unidades. Em 02 de janeiro de 2025, realizamos uma reunião com todos os diretores de Varas – incluindo as de Boa Vista/RR – para mapear os problemas estruturais. Ontem, tivemos reunião do Comitê de Segurança, presidido pelo Desembargador Audalíphal Hildebrando da Silva, que também trata da segurança patrimonial e da integridade de magistrados e servidores. Já há um cronograma de atendimento elaborado pela SEMAMBI, e os serviços de manutenção estão previstos para iniciar em 19 de fevereiro de 2025. Sobre o terceiro projeto, *Gestão Integrada*, afirmou: Queremos reforçar a comunicação intersetorial e promover a transparência, como enfatizado pelo Presidente. A ideia é que os gestores resolvam as questões internamente, antes de levá-las à presidência. A Diretoria-Geral está à disposição para apoiar a administração e evitar sobrecarga com demandas operacionais.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

Vamos fomentar um ambiente colaborativo, incentivando os gestores das áreas administrativa e judicial a trabalharem juntos para resolver gargalos, implementar melhorias e alinhar ações aos objetivos estratégicos. Ao final, anunciou: Estabelecemos uma reunião mensal com as unidades administrativas envolvidas para garantir o acompanhamento constante e levar à presidência soluções – e não apenas problemas. Deixo claro que as portas da Diretoria-Geral estão sempre abertas, especialmente às unidades administrativas. Nosso objetivo é que, neste primeiro ano, tenhamos êxito e, em 2026, possamos concluir os projetos com chave de ouro, conquistando o tão almejado prêmio. 2 - **SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA (SGJ):** Dando continuidade à apresentação dos projetos do PGP 2024–2026, a palavra foi franqueada à servidora **Gabriela Maria Aragão Nery**, Diretora da Secretaria-Geral Judiciária. Inicialmente esclareceu que, apesar de o projeto *Expansão da Justiça Itinerante* ser uma iniciativa da Presidência, a apresentação coube à SGJ por integrar o grupo provisório, sendo próprios da unidade os projetos *Conecta Cidadão* e *RIMA – Rede de Inteligência para Magistrados do TRT11*. O grupo de trabalho provisório é responsável pela gerência inicial do projeto *Expansão da Justiça Itinerante*, pois a ideia é que se evolua para um Comitê Permanente de Itinerância. Para quem não acompanhou a vinda do ministro, pode surgir a dúvida: por que transformar a itinerância em um projeto? Existem várias razões. Hoje há um novo olhar sobre a itinerância, não apenas como instrumento de acesso à justiça — que já é um objetivo muito nobre —, mas como uma forma de garantir a concretização da cidadania plena. Esse projeto prevê parcerias com diversas instituições fora do Poder Judiciário. Atualmente, a itinerância está sob responsabilidade da Corregedoria, mas, conforme o anteprojeto apresentado pelo ministro no ano passado, pretende-se institucionalizar essa ação e integrar representantes de várias áreas do tribunal. Os objetivos desse projeto incluem: • ampliar o acesso à justiça, ofertando serviços do Poder Judiciário e de parceiros institucionais em localidades remotas ou de difícil acesso; • promover a aproximação da Justiça do Trabalho com a comunidade; e • atuar de forma mais eficiente e sensível às realidades locais. Queremos resolver, tanto quanto possível, as necessidades que se apresentam nessas localidades. A atuação também será preventiva e educativa, abrangendo programas como o de combate ao trabalho infantil, o Programa Trabalho Seguro e a erradicação do trabalho análogo à escravidão. O intuito é justamente o de ampliar o foco da itinerância. Em relação ao desenvolvimento sustentável, a proposta está alinhada à Agenda 2030 da ONU, em especial aos ODS 5, 8, 10 e 16, metas já assumidas pelo Brasil. E, claro, o projeto contempla ações afirmativas voltadas aos marcadores de equidade de gênero, raça e diversidade. Buscaremos parcerias institucionais essenciais para a cidadania, como Ministério Público, Ministério do Trabalho e Emprego, INSS, universidades e outras instituições. A ideia é alcançar aqueles que enfrentam barreiras geográficas ou tecnológicas, trazendo os excluídos digitais para a Justiça do Trabalho. Um dos pilares da nova itinerância é justamente promover pontos de inclusão digital, aliando isso à difusão de uma política de trabalho decente, considerando os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades regionais na Amazônia, respeitando a diversidade cultural. O grupo provisório já está trabalhando a todo vapor. Está em elaboração a minuta de resolução que instituirá o Comitê Permanente, que contará com diversos setores do tribunal. A composição deverá incluir um desembargador — provavelmente escolhido pelo Pleno —, magistrado com perfil voltado à itinerância e unidades essenciais à operacionalização do projeto, como a TI, para viabilizar conexão com a internet; a Escola Judicial, fundamental para as ações educativas; e a Coordenadoria de Comunicação Social, responsável por materiais educativos e informativos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

sobre acesso aos sistemas de justiça e direitos da população. O projeto está em plena execução. Na sequência, a **Diretora da SGJ** apresentou o projeto *Conecta Cidadão*: Esse sim é um projeto da Secretaria-Geral Judiciária. Ele tem como finalidade apresentar à sociedade, de forma intuitiva e simplificada, todos os serviços prestados pelo tribunal, facilitando o acesso às informações. Hoje, temos um documento fixo no portal. O usuário precisa saber onde procurar o serviço desejado. A proposta é criar uma espécie de busca semântica, na qual a pessoa digite um assunto e obtenha como resposta o local, os procedimentos, horários de funcionamento e formas de atendimento. Os pilares do projeto são: a linguagem simples, a busca semântica e a acessibilidade, que não pode ficar de fora. Quanto ao escopo, teremos a definição dos serviços a serem contemplados, a coleta de informações atualizadas com as unidades, a adaptação do conteúdo para linguagem simples — o que, aliás, é uma tônica em tudo que o tribunal realiza hoje —, a definição do formato de apresentação com garantia de acessibilidade, e a criação de uma regulamentação. Essa norma estabelecerá uma periodicidade para revisão das informações e obrigará as unidades responsáveis pelos serviços a comunicarem qualquer alteração. Em seguida, a palavra foi passada à servidora **Andreza Letícia Oliveira Tundis Ramos**, Diretora do Centro de Inteligência da Coordenadoria de Precedentes e Ações Coletivas (CIPAC), a quem coube apresentar o projeto *RIMA – Rede de Inteligência para Magistrados do TRT11*. Antes de falar do projeto, é importante contextualizar: o CIPAC reúne o Centro de Inteligência, o Núcleo de Precedentes e Ações Coletivas e a Unidade de Monitorização e Fiscalização das Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (UMF). São três setores em um só. O projeto *RIMA* nasceu com o objetivo de centralizar o tratamento de demandas repetitivas e predatórias. Com a Resolução nº 349/2020, os Centros de Inteligência do Poder Judiciário passaram a ter a missão de fomentar, identificar e criar protocolos e mecanismos para que os magistrados pudessem lidar com esse tipo de demanda. O RIMA atende três normativos: a Diretriz Estratégica nº 6, que promove práticas para enfrentamento da litigância predatória, inclusive com criação de painel eletrônico; a Recomendação CNJ nº 159/2024; e o ODS nº 16 da Agenda 2030. O projeto consiste em uma plataforma segura e restrita aos magistrados, voltada ao compartilhamento de informações organizadas e fomentadas pelo CIPAC. Seu escopo inclui: (1) facilitar a troca de informações entre o setor responsável pelo acompanhamento das demandas anômalas e os magistrados do regional, promovendo um ambiente colaborativo; (2) apoiar a tomada de decisões judiciais com informações acessíveis e regionalmente contextualizadas; e (3) assegurar o sigilo, impedindo o acesso por terceiros externos ou servidores sem autorização. O projeto RIMA se insere no eixo nº 3 – Produtividade. Sim, ele será uma aba no portal, com senha e acesso restrito aos magistrados. Já temos um painel de BI e vamos incluir mais estudos jurídicos, condensando essas informações. Na sequência, o **Excelentíssimo Presidente do TRT-11** fez uma observação crítica: É muito difícil obter uma informação no portal. Por exemplo, ao procurar jurisprudência, aparecem vários quadradinhos, e mesmo inserindo uma palavra, não se encontra o resultado. A pesquisa por legislação também é complicada, e ao buscar uma resolução, precisa-se ir uma a uma. Os documentos não estão organizados nem por ano. Espero que isso seja resolvido nos próximos 60 dias. Acredito que seja possível. Ao que a **Diretora do CIPAC** disse: Parcialmente, Excelência. Essa situação envolve a biblioteca digital e passa também pela Secretaria-Geral da Presidência e pela Secretaria do Tribunal Pleno, que é quem alimenta esse sistema. Observa-se que não há uma uniformização no cadastro desses atos normativos. Precisamos promover uma revisão e encontrar um caminho para corrigir isso. O



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

Excelentíssimo Presidente do TRT-11 afirmou: O natural, a mim parece, seria que os normativos, à medida que são publicados, fossem automaticamente inseridos no banco de dados. A **Diretora do CIPAC** então pontuou: Para que isso ocorra, Excelência, é necessário o cadastramento correto dos campos fixos. A falta de padronização compromete os resultados. Isso demandará uma atuação intersetorial. O **Excelentíssimo Presidente do TRT-11** concluiu: Vamos ter que encontrar o caminho! A **Diretora do CIPAC** complementou: Inclusive, com relação aos atos antigos, quando se busca um ato muito antigo, passamos por uma ferramenta de TI que depende de OCR, mas os documentos são PDFs chapados, sem leitura automática. De fato, isso é um ponto deficitário, que pode ser colocado como prioridade nesta gestão. Até os próprios servidores não conseguem localizar certos documentos. O **Excelentíssimo Presidente do TRT-11** interveio: A ideia é facilitar, e o que se espera é que a solução não venha pela terceirização, embora se fale muito nisso. Ao que a **Diretora do CIPAC** respondeu: Dá para resolver sim, Excelência. Podemos reunir os setores que inserem e os que fazem a pesquisa, e otimizar a busca dos normativos. Com relação aos documentos antigos, será necessário estudar a melhor estratégia. Quanto aos novos, é importante conscientizar para já padronizar desde a origem, independente de qual seja o servidor, talvez até um manual orientando as formas específicas de inclusão desses dados, porque em TI, se sai do padrão, o sistema falha, ele não traz a busca. O sistema faz exatamente o que o humano coloca — se o humano falha, o equipamento de TI, sistema de TI também o faz. Então, é plenamente possível atuar com a Secretaria-Geral da Presidência, a Secretaria do Pleno e as demais unidades que fazem a inserção de dados na biblioteca digital.

3. SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA (SEGGEST): A Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, **Mônica Lopes Sobreira Leite**, fez os seguintes comentários sobre os projetos da sua unidade: A SEGGEST pretende elaborar mais painéis de governança e de autogestão. Existe o GEIA, que é só para acompanhamento do prêmio, para comunicação com as unidades, para saber em que pé anda o cumprimento dos requisitos no prêmio, trocar documentos, ranquear e acompanhar o desempenho do tribunal, conforme os atos fossem cumpridos. Para este ano, serão incluídos dois módulos no GEIA: o de projetos — o **SIGPRO** — e o da transparência institucional — o **SIGHORUS**. O GEIA é o gerenciamento de itens avaliativos, só que a SEGGEST não tem só o prêmio para avaliar. Por exemplo, aqui na RAE, enquanto estamos expondo nossos projetos, o GEIA também vai permitir acompanhar cada um deles. Isso vai facilitar, inclusive, a atuação da DIPIN, no gerenciamento e acompanhamento estratégico. Então, o GEIA passa a indicar “Gestão Estratégica Integrada Automatizada”. O SIGPRO será voltado à gestão de projetos, enquanto o SIGHORUS será responsável pelo monitoramento da transparência do portal institucional. Sobre a transparência, esse é um trabalho contínuo que o Matheus Moura, junto com a equipe da TI, já vem desenvolvendo. Não é algo que se faz uma vez por ano, mas exige acompanhamento constante, para que nenhuma informação relevante deixe de ser publicada. Da mesma forma que acontece com o Prêmio CNJ e com os projetos, o módulo da transparência também vai se comunicar com as unidades, solicitando documentos e links para que sejam avaliados pela Integridade pela ASSIGER. Em seguida, a palavra foi passada ao servidor **Daniel Santos da Silva**, Chefe da Seção de Gestão de Processos e Negócios (SEGENE), que assim se manifestou: O GEIA está se tornando um sistema mais integrado e abrangente. Ele vai incorporar esses novos módulos iniciais — de projetos e da transparência — compondo um sistema único, que integrará ferramentas que já vinham sendo desenvolvidas pela SEGGEST. A

ed



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

ideia é centralizar o acesso, permitindo a visualização de relatórios, dashboards, tudo isso com controle de usuários e permissões. Como sempre, esse sistema não terá custo, pois é desenvolvido internamente aqui pela SEGGEST. Falando especificamente do **SIGPRO – Sistema Integrado de Gestão de Projetos**, ele vai auxiliar especialmente a DIPIN no controle, gestão e monitoramento dos projetos apresentados aqui na RAE. Em momento oportuno, todos os projetos serão cadastrados, com suas atividades, fases, percentuais de execução, status e documentos. Isso vai permitir à SEGGEST um acompanhamento muito mais efetivo de como os projetos estão se desenvolvendo. O SIGPRO vai oferecer uma ferramenta eficiente, com funcionalidades como: cadastro de projetos, gestão de fases e tarefas, definição de responsáveis e prazos, visualização por meio de dashboards, monitoramento de percentuais de execução, upload de documentos, relatórios gerenciais e controle de acesso por permissões. Assim como o GEIA como um todo, o SIGPRO é um sistema que não tem orçamento específico e continuará sendo desenvolvido internamente. Já o **SIGHORUS**, outro módulo do GEIA, está sendo desenvolvido com foco na validação das informações do portal da transparência do TRT-11, garantindo conformidade com o Ranking da Transparência do CNJ. Existe uma portaria específica que traz os itens que precisam ser checados. O SIGHORUS funcionará como um validador automático: ele vai auditar se os links estão corretos, se direcionam para os documentos adequados, se estão acessíveis e se o conteúdo está de acordo com o que deve ser apresentado. Além disso, o sistema vai checar a periodicidade dos documentos, se são mensais, anuais etc. É como se o CNJ estivesse acessando nosso portal — o SIGHORUS vai simular esse comportamento. Hoje, já temos essas funcionalidades aplicadas a alguns itens do portal, principalmente nos documentos da SOF, que são validados automaticamente quanto a links e conteúdos. Vamos expandir isso com um painel de monitoramento, notificações automáticas e histórico de auditoria. Por fim, informo que o sistema continuará sendo desenvolvido pela SEGGEST, sem orçamento específico, e a primeira versão será entregue até o final de fevereiro, quando já teremos uma aplicação prática em funcionamento. Ao final, a **Diretora da SEGGEST** fez um adendo: Peço desculpas por ter esquecido de apresentar o Daniel Santos no início. Ele é o Chefe da Seção de Gestão de Processos e Negócios, a SEGENE, e tem uma grande expertise em tecnologia da informação. Por isso, está sendo aproveitado também em outros projetos. Esse desenvolvimento está sendo feito no sacrifício, nos horários em que ele consegue conciliar com outras tarefas, porque, além disso, ele também é responsável pelo DATAJUD. O Daniel é um grande parceiro.

4 - **ASSESSORIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE PESSOAS (ASSEGESP)**: A servidora **Keine Barbosa Bezerra do Valle**, Diretora da Assessoria de Governança e Gestão de Pessoas (ASSEGESP), iniciou então sua apresentação: Cabe a mim apresentar os três projetos de iniciativa da ASSEGESP: o **Mentora TRT11**, o **Vozes da Experiência** e o **Lotação Ideal das Unidades Administrativas (Dimensionamento da Força de Trabalho)**. O projeto **Mentora TRT11** é um programa de integração e capacitação voltado para os novos servidores que chegam ao nosso tribunal e também àqueles que entram em novas unidades. O projeto será desenvolvido, basicamente, com reuniões com os gestores. Será criada uma equipe de trabalho composta, inclusive, por um diretor de Vara, um representante dos gabinetes dos desembargadores, e membros da SGPES, para então desenvolver esse programa. Ele tem a função de promover integração, acolhimento e desenvolvimento de competências para esses novos servidores. Haverá um mentor a ser indicado pelo gestor. Inicialmente, o gestor não será o mentor. Em seguida, esse mentor será



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

capacitado, passará por um treinamento em colaboração com a EJUD11, e, quando a unidade receber um novo servidor — seja por ingresso ou por relotação — esse mentor será incumbido de fazer a integração desse servidor na unidade. A **Diretora da ASSEGESP** destacou: É muito interessante, porque o mentor vai mostrar de maneira clara para aquele servidor quais serão suas atribuições, quais são as atribuições daquele setor, para que ele tenha uma visão clara de como aquela unidade contribui para o desempenho do tribunal. O servidor se sentirá mais acolhido e terá melhor integração com a equipe de trabalho. A **Diretora da ASSEGESP** seguiu detalhando os objetivos específicos do *Mentora TRT11*: • Integrar e adaptar o ingressante ao local de trabalho; • Compartilhar conhecimentos e experiências que estimulem e acelerem o desenvolvimento profissional; • Desenvolver e aprimorar a comunicação assertiva dos mentorados, promovendo o crescimento dessa habilidade na instituição; • Dar continuidade e aprimorar o capital intelectual interno, ou seja, a aprendizagem organizacional e o amadurecimento das unidades do tribunal; • Auxiliar o gestor no treinamento, acompanhamento e desenvolvimento do servidor; e • Verificar possíveis falhas no desenvolvimento dos trabalhos na unidade. Essa mentoria traz integração e permite que o servidor entenda de forma clara as atividades que irá desempenhar, bem como o que o gestor espera dele. A mentoria também contribui para enfrentar tensões, inseguranças e dúvidas, e estreita o relacionamento do servidor com a equipe. Porque é natural que alguém que chega à instituição, ou muda de local de trabalho, entre receoso. Com essa integração, acredita-se que o desempenho do servidor e da unidade como um todo será muito positivo. Ainda sobre o *Mentora TRT11*, a **Diretora da ASSEGESP** destacou os benefícios para a carreira dos mentores e mentorados, em especial, o fortalecimento do corpo de servidores e o aperfeiçoamento dos serviços prestados. Acrescentou: Esse trabalho já foi implantado nos Tribunais de Contas dos Estados. Eles se reuniram em uma equipe nacional para estudar o modelo criado pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, e o projeto foi instituído a nível nacional naquele órgão. Por fim, informo que não há necessidade de levantamento orçamentário para a realização do projeto. Na sequência, apresentou o segundo projeto da ASSEGESP: *Vozes da Experiência*. Esse projeto foi idealizado pela Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Carla Nobre, com colaboração e coautoria da Coordenadoria de Comunicação Social. A finalidade é reconhecer o trabalho dos servidores mais antigos e do serviço público prestado, aumentando o sentimento de pertencimento, a qualidade de vida no trabalho, a motivação, a troca de experiências e a eficiência nas atribuições desenvolvidas no TRT-11. A **Diretora da ASSEGESP** pontuou os objetivos do projeto: • Reter talentos e recursos humanos necessários ao desempenho das atividades; • Contribuir para o alcance da missão institucional e dos objetivos estratégicos; • Propiciar o crescimento profissional dos servidores; • Fomentar o desenvolvimento de competências; • Valorizar o desempenho do quadro; e • Promover o bem-estar físico, psicológico e social, visando à melhoria do clima organizacional e da qualidade de vida no tribunal. O projeto está delimitado ao escopo de engajar todos os servidores do Regional, valorizando os serviços prestados tanto na área meio quanto na área fim. Serão convidados os servidores mais antigos, indicados pelos colegas, os quais serão entrevistados sobre sua atuação no tribunal. Esse trabalho vai envolver todos os servidores do TRT-11, inclusive de Boa Vista e do interior do Amazonas. Com a colaboração da COORDCOM, será feito um livro digital para contar um pouco da história desses servidores. O material será publicado nos meios de comunicação do tribunal, com campo de votação para a escolha de 12 servidores a serem homenageados. Esses nomes serão incluídos no calendário institucional de

Carla



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

2026. Para a realização do projeto, há orçamento reservado na grade orçamentária da COORDCOM. Por fim, a **Diretora da ASSEGESP** apresentou o projeto *Lotação Ideal das Unidades Administrativas*: Esta é uma atribuição que cabe à ASSEGESP, junto com a SGPES: promover a criação de um dimensionamento da força de trabalho ideal das unidades administrativas. Na gestão anterior, foi iniciado um trabalho nesse sentido. Reunimos equipes para tratar do tema, com a participação da Diretora da SEGGEST, a Mônica Leite, mas não conseguimos desenvolver o trabalho porque concluímos que não temos equipe suficiente para cuidar exclusivamente dessa tarefa. Na última reunião, a melhor opção apresentada foi contratar uma empresa de consultoria, mas o orçamento proposto foi considerado alto. Portanto, neste momento, o que a ASSEGESP propõe à Presidência é a formação de uma equipe de trabalho, em articulação com os gestores de governança e gestão de pessoas de outros tribunais, para desenvolver uma proposta única a ser encaminhada ao CSJT. A ideia é que o CSJT estabeleça diretrizes para que cada TRT possa desenvolver seu próprio dimensionamento da força de trabalho. Acreditamos que esse trabalho é importante porque vai auxiliar a Presidência a mensurar se cada unidade está com o número ideal de servidores, se está deficitária ou, ainda, se a própria unidade não está conseguindo gerir adequadamente sua força de trabalho.

5 - ASSESSORIA DE INTEGRIDADE E GESTÃO DE RISCOS (ASSIGER): O servidor **Matheus de Jesus Carvalho Moura**, Diretor da Assessoria de Integridade e Gestão de Riscos (ASSIGER), apresentou o projeto da unidade: *ISO 37.301 – Sistema de Gestão de Compliance no TRT11*. Para se pensar em certificar o tribunal em uma ISO, primeiro é preciso o comprometimento da alta administração. E isso já foi demonstrado pelo Dr. Jorge Álvaro, que se comprometeu com a implantação de um sistema de gestão de compliance. Tudo o que envolve integridade, compliance, prevenção à fraude e à corrupção começa com esse comprometimento. A atual administração já deixou evidente o compromisso com a ética, com a integridade e com o compliance. Quando falamos em Sistema de Gestão de Compliance, falamos sobre estar em conformidade. É verificar se os processos do tribunal estão de acordo com as normas, com o que nos propomos a obedecer. O sistema vai gerenciar o compliance de determinados processos, verificando se estão ou não em conformidade com os marcos legais. O **Diretor da ASSIGER** alertou que o escopo inicial será restrito: No primeiro momento, não é possível dizer que todo o TRT-11 será certificado pela ISO 37.301. Isso seria inviável, pois todos os processos do tribunal teriam que passar por mapeamento e avaliação de riscos. E não somos nós que dizemos se está conforme — é uma certificadora externa. Por isso, neste projeto, vamos restringir o escopo à área de contratações (licitações, contratações diretas) e à área de contratações de pessoas (concurso público). Sobre a execução, destacou: Na prática, todos os processos serão documentados — e isso já está sendo feito pela Governança de Contratações e pela SAD. Se estivermos agindo conforme a Lei nº 14.133 e demais normativos, será mais fácil documentar e corrigir eventuais pontos para atender completamente à legislação. A ideia é que, após esse alinhamento, uma certificadora analise os processos e diga: “O TRT-11 age com compliance”. Esse reconhecimento vai além do benefício interno — é uma mensagem para a sociedade de que seguimos as leis, que não há decisões arbitrárias. E mais importante: não somos nós que estamos dizendo isso, é uma norma internacional que valida. Em relação ao escopo e etapas do projeto, o **Diretor da ASSIGER** explicou: Será necessário contratar uma consultoria, pois o tribunal não tem equipe com expertise em implantação de ISO. Isso ainda é uma realidade mais comum no setor privado. Teremos que promover uma mudança de cultura, porque não é algo que os órgãos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

públicos buscam com frequência. Vamos contratar uma empresa para realizar o diagnóstico, mapear os processos, e treinar as equipes da COGCO, SAD e SGPES — que estarão diretamente envolvidas. Após essa fase, vamos implantar as adequações e, em seguida, contratar uma empresa certificadora, que fará a auditoria e definirá se o tribunal está apto à certificação. Sobre o orçamento estimado, o **Diretor da ASSIGER** informou: Estamos trabalhando com uma estimativa entre R\$ 112 mil e R\$ 120 mil. Já realizamos pesquisa de preços, e o valor deve girar em torno de R\$ 115 mil, o que contempla serviços de consultoria e a certificação com validade de três anos. Esses recursos serão suportados tanto pela SAD quanto pela SGPES, conforme alinhado com os respectivos gestores. Ao ser questionado se algum TRT já possui essa certificação, respondeu: Nenhum TRT possui a ISO 37.301, que é uma norma recente, de 2021. O TRT de Sergipe já teve a ISO 9001, que trata da qualidade, mas isso foi em 2010. Hoje, nenhum Tribunal Regional do Trabalho tem essa ISO. O TJ de Roraima está em processo de certificação e, provavelmente, será o primeiro órgão do Judiciário com essa certificação na área de contratações. Estamos buscando ser o primeiro TRT a conquistar essa certificação, e em áreas críticas: licitações e concursos públicos. Para finalizar, o **Diretor da ASSIGER** deu um exemplo: O TRE de Goiás possui a certificação da ISO 37.301, mas aplicada a um processo finalístico específico, em um dos gabinetes, relacionado à área eleitoral. Já no nosso caso, estamos buscando a certificação de processos de suporte — e justamente os mais sensíveis — o que reforça o compromisso do TRT-11 com a ética, a integridade e a conformidade com a lei. 6

– **SECRETARIA DE EXECUÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA – PRECATÓRIOS (SECEFAP):** A servidora **Gláucia de Oliveira Bezerra e Silva**, Diretora da Secretaria de Execução de Fazenda Pública – Precatórios (SECEFAP), apresentou os três projetos da unidade: **Hora 11**, **Conven-Prec** e **Jornada de Atualização em Precatórios e RPVs**. A atuação da SECEFAP é bem específica, voltada para o pagamento de precatórios e RPVs. Todos os nossos projetos têm como foco a efetividade e a entrega da prestação jurisdicional, que se concretiza no pagamento do precatório, no recebimento do crédito pelos reclamantes. Sobre o primeiro projeto, **Hora 11**, explicou: Na verdade, nós só teremos que cumprir o que já está previsto na Resolução Administrativa nº 276/2023, que regulamenta os precatórios e RPVs no tribunal. Conforme o artigo 87, serão realizados encontros com as Varas do Trabalho, que são as unidades que normalmente atuam no processamento de precatórios, para divulgação de atualizações e retirada de dúvidas. O maior objetivo desse projeto é padronizar os procedimentos em precatórios, para evitar erros e equívocos na atuação, promovendo a celeridade do pagamento. Na sequência, falou sobre o segundo projeto, **Conven-Prec**: Esse projeto surgiu da necessidade que se apresentou no final do ano passado. Em dezembro, os Correios realizaram o pagamento de 60 precatórios no dia 26 de dezembro. A partir daí, começamos a receber várias ligações de advogados querendo saber sobre o pagamento de seus alvarás. Imaginem, no último dia útil do ano, o reclamante ter conhecimento de que seu crédito pode ser pago — isso gerou um desespero geral. Então, para prevenir e evitar essa corrida pelos pagamentos, pensamos em realizar convênios com os entes públicos municipais e com os Correios, para buscar a regularidade dos pagamentos dos precatórios que vencem no exercício financeiro. A ideia é evitar o acúmulo e garantir que a parte receba seu crédito com tranquilidade. A **Diretora da SECEFAP** completou: Com esses convênios, todos saem ganhando: os entes públicos não terão incidência de juros moratórios, e os reclamantes receberão seus créditos com mais agilidade. Já temos municípios que demonstraram interesse em realizar pagamentos, então vamos buscar



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

essas parcerias com o apoio da Divisão de Cooperação Judiciária. Por fim, apresentou o terceiro projeto: **Jornada de Atualização em Precatórios e RPV's**. Esse projeto é previsto na Resolução CSJT nº 314/2021, especificamente no artigo 32. A ideia é promover a divulgação, junto às unidades que atuam com precatórios e RPVs, de atualizações normativas, legislativas e procedimentais. Nosso objetivo é traçar um procedimento único, buscando sempre a celeridade e a efetividade no pagamento aos beneficiários. A **Diretora da SECEFAP** esclareceu que: Este é o único projeto da SECEFAZ que vai demandar orçamento, estimado em torno de R\$ 20 mil — um valor viável. Já fizemos contato com a EJUD e iniciaremos a programação das palestras e das ações.

7 - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (SOF): A servidora **Luana Joia de Figueiredo Costa Balbino**, Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), fez os seguintes comentários sobre o projeto **Orçamento em Foco**: Esse é um projeto contínuo, que vem da gestão anterior. Ele nasceu com o nome de **Orçamento Descomplicado**, mas foi alterado porque o nome anterior não agradava. A finalidade do projeto está relacionada às atribuições da SOF, mas temos um sistema que nos favorece: o SIGEO, onde é feito o acompanhamento, o planejamento e a execução do orçamento. O objetivo do projeto é justamente aperfeiçoar esse processo com as ferramentas do SIGEO-JT. Em 2024 foi implantado o módulo de diárias, que amenizou um pouco o nosso trabalho, mas a gente ainda precisa fazer planilhas em Excel para acompanhar a execução orçamentária. O SIGEO tem módulos de planejamento, execução, e a AJJT — onde ficam inscritos os peritos — e a SOF acompanha o orçamento e faz os pagamentos. A **Diretora da SOF** compartilhou uma iniciativa em andamento: Estive na Presidência, conversando com a secretária-geral Gesla e com o Dr. Jorge Álvaro, sobre a criação de um 'robzinho'. Conversei também com o servidor Rodrigo e com o Diretor da SETIC. Esse robzinho vai sinalizar, todo mês, quem não mexeu nos seus itens. Ele vai ser uma espécie de "X9". Então, gestores, comecem a olhar seus itens de orçamento, comecem a fazer seus termos de referência. A cada dois meses, o robzinho vai sinalizar, e a SOF tomará providências para remanejar os recursos. Não é interessante ficar remanejando. O que se planeja, deve ser executado. O nosso robzinho, o "X11", vai ajudar a evitar saldos orçamentários no fim do ano. Porque não adianta chegar em dezembro e dizer 'não vou gastar'. Não tem o que fazer com orçamento desperdiçado. O escopo do nosso projeto envolve: • O acompanhamento dos itens no SIGEO para garantir eficiência; a projeção do orçamento futuro de forma otimizada; • A identificação de mudanças no planejamento — que, quando ocorrem, nos levam a realocar recursos para itens deficitários; e • A capacitação de gestores e servidores. Aproveito a ocasião para informar que, na próxima sexta-feira, todos receberão um ofício da Presidência, convocando para uma palestra no dia 21, das 8h às 12h, com a colega Susan, da Secretaria de Orçamento Financeiro da 10ª Região. Ela trará novidades que podemos adaptar aqui também. Vamos também elaborar cartilhas sobre planejamento e execução orçamentária e financeira, AJJT e pagamento de peritos. O projeto tem orçamento de R\$ 80 mil para realização de palestras e treinamentos ao longo do ano, voltados ao aperfeiçoamento dos servidores. Em 2024, alguns servidores de diversas áreas participaram de um encontro, de uma semana de capacitação promovida pela ABOP, que foi muito proveitoso. Reforço mais uma vez que os gestores verifiquem, nem que seja semanalmente, seus itens, para não termos desperdícios nem contratos de última hora que gerem Restos a Pagar. Outro tema importante são os cedidos. Isso tem sido uma dor de cabeça para a COGFIN, porque os órgãos do interior não enviam a documentação para que o TRT-11 possa fazer os repasses. Temos passivos de cedidos e também Restos a

Handwritten signature



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

Pagar, e, sem documentação, não temos como efetuar os pagamentos. Dos R\$ 1.051.000,00 inscritos e reinscritos como Restos a Pagar, cerca de R\$ 200 mil são referentes aos cedidos. Nós estamos trabalhando nisso, cobrando. Finalizada a apresentação da SOF, o **Excelentíssimo Presidente do TRT-11** fez então a seguinte intervenção: Recebi um pequeno vídeo do Corregedor, que está em Eirunepé, em correição. É realmente lastimável o estado do prédio da Vara, um retrato de abandono por fora — e, em breve, terei também imagens do prédio por dentro, do seu interior. Essa situação vai receber atenção excepcional e extraordinária. Um prédio onde pessoas trabalham não pode permanecer nesse estado. É abandono por parte de quem deveria cuidar. **8 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (SAD):** O servidor **José Aldo Pereira Rodrigues**, Diretor da Secretaria de Administração (SAD), assim se manifestou sobre o projeto *Fluxograma da Secretaria de Administração (Fluxograma Inteligente)*: O Dr. Jorge Álvaro já havia nos alertado, no início do ano, sobre a necessidade de termos um organograma, um fluxo de trabalho. Existem processos que, reiteradamente, vão para a Presidência; para a Diretoria-Geral... nem se fala. Eu mesmo vejo processos indo e voltando até dez vezes. Vamos nos dar por satisfeitos se conseguirmos fazer esse fluxograma para a SAD, para a Coordenadoria de Manutenção e Projetos, para a Coordenadoria de Material e Logística e para a Coordenadoria de Licitação e Contratos. A princípio, vamos começar com o fluxograma da nossa Secretaria. A partir dele, naturalmente, vai surgir um manual que orientará muito bem todos que chegarem à SAD, para que saibam exatamente como os processos devem tramitar. Para ilustrar o problema, o **Diretor da SAD** compartilhou um exemplo recente: Precisamos comprar uma mesa de som e estamos com dificuldade para saber quem deve comprar. Qual setor é responsável? Fizemos uma reunião ontem e ninguém soube dizer com clareza. Ninguém se reconheceu como responsável. **9 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGPES):** O servidor **Alfredo Melo da Silva**, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGPES), iniciou sua apresentação informando que a SGPES e suas Coordenadorias (CODEP - Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas, a COGINF - Coordenadoria de Gestão de Informações Funcionais e a COPAP - Coordenadoria de Gestão de Pagamento de Pessoal, possuíam ao todo dez (10) projetos, a saber: *Descomplicando a Gestão de Pessoas, Portal de Consultas Funcionais de Magistrados, Sistema Unificado de Recadastramento de Beneficiários, Implementação do Banco de Horas no TRT11, Implementação do Sistema COMPREV no TRT11, Levantamento e Recuperação de Passivos Administrativos Não Identificados-Pós Incêndio, (Im)Pactos, Arandu de Consultoria Interna, DFT na Área Administrativa do TRT11* e por ultimo, *Desaceleração*. Sobre o primeiro projeto, o *Descomplicando a Gestão de Pessoas*, o **Diretor da SGPES** explicou: Esse projeto nasceu das muitas dúvidas sobre temas da gestão de pessoas. Por exemplo, quando o sindicato faz algum barulho dizendo que vai sair pagamento de passivo, nós começamos a receber 300 ligações de servidores querendo saber por que não receberam nada. Então, a ideia é criar informativos internos e um podcast do setor — o Lucas Prado até brinca chamando de *podpeão*. Quando houver um burburinho, o podcast entrará em ação paara esclarecer. É um projeto importante porque há muita dúvida sobre parcelamento de férias, intervalo entre períodos, folha de pagamento, benefícios, promoções, licenças. Queremos esclarecer tudo isso de forma clara. Sobre o segundo projeto, o *Portal de Consultas Funcionais de Magistrados*, o **Diretor da SGPES** destacou: Alguns magistrados, principalmente os mais antigos, têm dificuldade de acessar suas informações. Eles ligam para a Seção de Magistrados para saber tempo de serviço ou solicitar levantamentos. O portal vai facilitar esse acesso, com



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

segurança e controle, para que qualquer alteração só possa ser feita com a validação do setor. O projeto será coordenado pela chefe da Seção de Magistrados, Sandra, com apoio da SGPES. Em relação ao *Sistema Unificado de Recadastramento de Beneficiários*, comentou: Temos muita dificuldade com aposentados e pensionistas no recadastro — a famosa prova de vida. Muitos não comparecem, e só aparecem quando já há indicativo de suspensão do benefício. A ideia agora é usar o *gov.br*, que tem reconhecimento facial e validação de dados, para fazer a prova de vida anual. Ano passado fizemos até chamada por vídeo no WhatsApp, em que o aposentado mostrava o RG ao lado do rosto. Este ano vamos tentar implementar um sistema mais estruturado. Sobre o *Banco de Horas*, declarou: É um projeto que estamos trabalhando há pelo menos dois anos. Muitos questionam, acham absurdo, pois somos a Justiça do Trabalho. Não faz sentido cobrar que servidores fiquem três, quatro, cinco horas a mais sem contrapartida. O Banco de Horas já é regulamentado por resolução, já existe apoio do CSJT, foi criado pelo TRT-2, e vamos implementar este ano. O *Diretor da SGPES* reforçou: Vai haver compensação. Pode ser em pecúnia, se houver orçamento — o que quase nunca tem — ou em folgas. Sobre o projeto *COMPREV*, explicou: Trata-se da compensação previdenciária entre órgãos. Um servidor pode ter trabalhado 30 anos no Estado e depois se aposentar aqui no TRT-11. A responsabilidade pela aposentadoria passa a ser nossa, mas a compensação deve ser feita. O sistema vai nos permitir identificar e cobrar dos órgãos competentes a parte da aposentadoria que lhes cabe. Ao abordar o *Levantamento e Recuperação de Passivos Administrativos Não Identificados – Pós-Incêndio*, fez um resgate histórico: Após o incêndio de 5 de setembro de 2008, tudo que se perde no tribunal, dizem que foi no incêndio. Infelizmente, muitos processos físicos realmente desapareceram. E com isso, passivos administrativos ficaram sem identificação. Na última reestruturação, o setor de passivos foi excluído, o que nos prejudicou. Agora, vamos buscar recuperar esses passivos e cadastrá-los no MGP. Ele citou como exemplo o URV: É um passivo importante que vários regionais já mapearam — o nosso ainda não. Depende de documentos físicos que sumiram. Teremos que procurar no almoxarifado, no centro de memória... onde for. Em seguida, passou a palavra ao servidor **Lucas Ribeiro Prado**, Diretor da CODEP, que iniciou com uma sugestão ao Presidente: Gostaria de propor, como já manifestei nos autos, que a Presidência avalie a possibilidade de decantar os projetos do PGP. Temos muitos projetos, e isso pode tornar a RAE cansativa e pouco produtiva ao longo dos dois anos. O ideal seria identificar sinergias e alinhar com os propósitos da gestão. Projetos da SGPES, da SAD ou da Comunicação serão tocados de qualquer forma, com ou sem inclusão no PGP. Se algum projeto for retirado, isso não deve ser motivo de frustração. Pelo contrário, é sinal de maturidade institucional. E, inclusive, qualquer projeto meu pode ser excluído — isso não me desmotiva. Quanto aos quatro projetos da CODEP, o *Diretor da CODEP* comentou: **1. (IM) Pactos:** A ideia é implementar uma cultura de gestão por resultados no TRT-11. Hoje, o servidor em teletrabalho é cobrado por meta, enquanto o presencial é cobrado pelo ponto. Isso não faz sentido. Queremos um sistema para pactuação e acompanhamento de metas e resultados para todos. **2. Arandu de Consultoria Interna:** Esse programa pretende valorizar e remunerar servidores experientes que prestem consultoria a outras unidades. Algo semelhante à instrutoria interna da EJUD. Hoje isso é feito na amizade, sem nenhuma compensação. A proposta é regulamentar isso e pagar por horas de consultoria, dentro do limite de 1% da folha de pessoal. Estimamos R\$ 10 mil por mês, como projeto piloto. **3. DFT na Área Administrativa:** É o Dimensionamento da Força de Trabalho na área administrativa. Consultorias privadas cobram



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

cerca de R\$ 1,5 milhão por esse serviço. Mas o TSE fez isso para todo o Judiciário Eleitoral, e os TREs embarcaram. O TRE-AM já tem esse sistema. Podemos fazer um Acordo de Cooperação Técnica para usar essa expertise e até o sistema. A Juíza Auxiliar da Presidência **Carla Priscilla da Silva Nobre** fez então a seguinte ressalva: A administração não dispõe de orçamento para contratação de empresa de consultoria. Assim, a viabilidade do projeto apresentado pela CODEP dependerá da formação de parcerias. O **Diretor da SGPES** fez a seguinte intervenção: Faço parte de um grupo de trabalho no CSJT que está tratando da reforma da Resolução 296, e o dimensionamento da força de trabalho administrativa é um dos temas. Já propus ao grupo que se utilize o modelo do TRE, que é funcional. O **Excelentíssimo Presidente do TRT-11** também se manifestou: Esse grupo vai tratar de questões regionalíssimas. A última decisão do CSJT foi nesse sentido — suspender os efeitos da resolução para que os tribunais observem suas realidades locais. O TRT-11 não pode ser tratado como um tribunal de Minas Gerais, por exemplo. Temos peculiaridades demais. O **Diretor da CODEP** apresentou então o projeto 4. **Desaceleração**: Vivemos em um mundo acelerado. Vídeo no YouTube na velocidade 2, áudio no WhatsApp na velocidade 2... A ideia é criar uma cultura de gestão saudável do tempo, prevenindo doenças emocionais e psicológicas. Teremos uma Semana de Desaceleração, com atividades de conscientização, educação e socialização sobre o uso equilibrado do tempo.

10 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (SETIC): O servidor **Evandro Video de Souza Junior**, Diretor da SETIC, fez os seguintes comentários sobre os projetos **Armazenamento 360º**, **Voz e Rede**, **JTe-Atendimento Digital Trabalhista**, e **Painel de Segurança da Informação**: A SETIC organizou os projetos em dois grupos: o primeiro voltado à melhoria da infraestrutura, o que impacta diretamente na qualidade dos serviços prestados; e o segundo focado no atendimento direto aos usuários. Quando falamos em usuários da TI, são os nossos usuários internos e externos e a parte de segurança de informação e proteção de dados. Como é a nossa primeira apresentação, eu falo aqui em nome da equipe. Mas cada projeto tem seu respectivo gestor: os dois primeiros são coordenados pela Ana Carolina Cabrinha Gama, Diretora da COSUP; o terceiro é conduzido pelo Fred Barreto Lima, da área de desenvolvimento; e o quarto pelo Jean Ricardo de Oliveira Rebouças, da área de segurança da informação. Em futuras apresentações, cada um provavelmente vai assumir sua parte, num jogral com os resultados. Projeto 1: **Armazenamento 360º**: Se eu fosse vender esse projeto em um pitch, diria que é uma forma de termos nossos arquivos sempre à mão, com segurança. Hoje, para acessar arquivos fora do tribunal, usamos VPN, e isso às vezes gera problemas. A ideia é levar esse conteúdo para a nuvem — já contratada — e permitir acesso direto via internet, com segurança e controle de permissões. Além disso, vamos reduzir a carga da nossa sala-cofre, liberando recursos para outras demandas. As etapas do projeto são: • Escolha do provedor — já feita, será o Google — sem custo adicional para o tribunal; • Configuração inicial; • Criação de diretórios; • Testes de performance, segurança, backup e migração; e • Regulamentação e capacitação dos usuários. O sistema é prático: conforme migramos, as unidades já começam a usar. Projeto 2: **Voz e Rede**: Esse projeto acompanha a SETIC desde sempre. Trouxemos novamente porque comunicação é essencial. No interior, se a comunicação com a SETIC cai, tudo para. No Amazonas, ainda temos acesso razoável em Manaus, mas a realidade no interior e até em Boa Vista é diferente. Em Boa Vista, por exemplo, às vezes, o pedido é para atestar queda do PJe, mas o problema é na internet local. Estamos buscando melhorias nos links de comunicação e no nosso sistema de

ew



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

telefonía, que precisa ser mais eficiente e amigável. Sobre orçamento, trabalhamos com o orçamento disponível. Se não houver verba, renegociamos contratos ou buscamos apoio do CSJT para compras maiores. O foco da SETIC é custeio, então investimentos maiores precisam de articulação externa. Projeto 3: **JTe – Atendimento Digital Trabalhista**: Esse projeto surgiu de uma conversa com o CSJT. Pensamos numa solução nacional para concentrar os canais de comunicação do PJe — como agendamento, balcão virtual — em um único aplicativo e interface web. Hoje, temos tudo isso no site, mas, como o Presidente comentou, nem sempre é fácil encontrar. Se todo mundo usa celular, temos que estar lá também. O **Diretor da SETIC** explicou então as vantagens: Queremos centralizar os atendimentos em um único canal, acessível e padronizado. Isso deve reduzir o tempo de atendimento. O TRT-21 fez um estudo mostrando que cada Vara gasta, em média, 2h30 diárias com atendimento ao usuário. Considerando as 1.587 Varas da JT, são 1,1 milhão de horas por ano e um custo estimado de R\$ 178 milhões. Esse projeto pode reduzir isso. Comentou também a integração com inteligência artificial: A ideia é incorporar o *ChatJT* — nossa IA — para automatizar atendimentos. A ferramenta foi incentivada pelo Dr. Braulio e já está sendo aprimorada. Queremos que essa IA, integrada ao aplicativo, resolva boa parte das demandas, sem necessidade de intervenção humana. Projeto 4: **Painel de Segurança da Informação**: Esse projeto busca criar um painel gerencial em Power BI — ou ferramenta similar — com dados da DISEGINF. Queremos mostrar, de forma visual e clara, os principais indicadores de segurança da informação para a alta administração, auxiliando na tomada de decisões estratégicas. Explicou a motivação: Hoje o monitoramento já existe, mas os dados ficam espalhados em várias soluções e só a equipe técnica entende. Com o painel, vamos transformar essas informações em algo palatável e acessível — parte será pública, parte será interna, conforme o nível de sensibilidade. Sobre orçamento, informou: O orçamento de segurança da informação foi de R\$ 4,6 milhões em 2024, com 99,6% executado. Sobraram R\$ 8 mil que seriam usados em uma capacitação, agora reagendada. O crescimento do orçamento se deve ao foco cada vez maior em segurança — porque, hoje, não é mais um incêndio ou enchente que ameaça nosso sistema. É um hacker lá na China ou na Rússia que pode derrubar tudo. O **Diretor da SETIC** fez uma observação: Esse é o único projeto da SETIC que ainda não tem orçamento fechado, mas o valor não é alto. A maior parte é para capacitação da equipe na criação de painéis, uma expertise ainda recente, inclusive para nossos técnicos. Antes de encerrar, a **Diretora da SGJ** fez a seguinte pergunta: Você viu a quantidade de demandas que envolvendo a SETIC nos projetos? Ao que o **Diretor da SETIC** respondeu: Sim, vi no folder da gestão. São 27 projetos prioritários e, desses, 9 envolvem diretamente a SETIC. Peço apoio e compreensão, pois, além dos projetos da gestão, temos o dia a dia da unidade e demandas do CSJT. Precisamos organizar uma fila para dar conta de tudo. A **Diretora da SGJ** fez a seguinte sugestão: Que tal submeter essas demandas à Presidência, para que ela delibere sobre a ordem de prioridade? Ela também perguntou sobre a possibilidade de unificar os diversos sistemas de chamados (TI, manutenção, transporte etc.). O **Diretor da SETIC** solicitou à **Diretora da COSUP** que se manifestasse sobre o que fora sugerido: Já temos um sistema implantado e agora estamos na fase de configuração. Estamos testando a gestão dos chamados de TI, com definição de técnicos, filas por nível de atendimento (primeiro e segundo nível) e estamos expandindo para outros setores. No sistema atual, o usuário fica perdido, manda e-mail e não sabe onde está o chamado. Com esse novo sistema, será possível acompanhar em tempo real, ver em que setor está, quanto tempo parado, e quem está tratando.

car



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

Sobre os custos, a **Diretora da COSUP** destacou: É uma ferramenta free, sem custo para o tribunal. A **Diretora da SGJ** então sugeriu: Seria bom a SETIC abrir um formulário único, onde cada unidade preencha os projetos que envolvem atuação da TI. Esse material poderia ser submetido à Presidência com sugestão de prioridades, com apoio do Diretor da SETIC para indicar o que é viável e o grau de complexidade. Assim, a Presidência poderá decidir se prefere começar pelos projetos mais simples ou pelos mais estratégicos.

11 - COORDENADORIA DO NUPEMEC/CEJUSC 2º GRAU: O servidor **Jander Lúcio Teixeira e Silva**, Diretor da Divisão de Apoio ao CEJUSC FTM, representando a Diretora da Coordenadoria da COONUPEMEC, servidora **Andressa Lorena Machado Tavares**, iniciou então sua apresentação: Na impossibilidade da presença da Diretora, eu apresentarei os projetos da COONUPEMEC, que tem como coordenadora a Desembargadora **Ruth Sampaio**. São três projetos: *Calendário Anual de Pautas Temáticas de Conciliação nos CEJUSCs-JT*, *Nunca é Tarde para Conciliar* e *Guia Prático de Audiências no CEJUSC*. Sobre o primeiro projeto, detalhou: O *Calendário Anual de Pautas Temáticas* visa fomentar a conciliação entre as partes, aproveitando o apelo das datas comemorativas e alinhando aos temas estratégicos da Justiça do Trabalho. Em março, por exemplo, teremos uma pauta especial em alusão ao Dia Internacional da Mulher; em abril, o *Abril Verde*, voltado à segurança e medicina do trabalho; e em dezembro, uma pauta natalina. A ideia é aproveitar essas ocasiões para incentivar acordos. Em seguida, apresentou o segundo projeto: O *Nunca é Tarde para Conciliar* é um nome sugestivo, que indica que sempre é tempo de buscar acordos, em qualquer fase do processo. Mas aqui, o foco do projeto é outro: trata-se de trazer de volta à ativa servidores aposentados com experiência em mediação e conciliação. Eles atuarão nos CEJUSCs, sob supervisão dos juizes. Não há previsão orçamentária, mas também estamos estudando viabilizá-lo com apoio da Gestão de Pessoas, de modo que possa até ser executado sem custo ao tribunal. A Juíza Auxiliar da Presidência **Carla Priscilla Silva Nobre** fez então a seguinte ressalva: Acho louvável que o projeto tenha como objetivo estimular a conciliação, no entanto, após conversar com o Dr. Jorge Álvaro, posso afirmar que não há possibilidade de atender ao projeto conforme proposto, especialmente por conta de restrições orçamentárias. Nesse sentido, sugiro que o escopo do projeto seja alterado, de forma que contemple ações mais viáveis no curto prazo. Uma alternativa seria concentrar os esforços em iniciativas voltadas para datas específicas, como o *Dia Regional da Conciliação*, aproveitando a estrutura já existente para ampliar o alcance da ação sem comprometer os recursos disponíveis. Tenho certeza de que, com alguns ajustes, será possível preservar a essência do projeto e alcançar os objetivos pretendidos, respeitando os limites operacionais e financeiros do tribunal. Ao que o **Diretor da Divisão de Apoio ao CEJUSC FTM** disse que repassaria a sugestão para a Diretora da COONUPEMEC, para que fossem feitos os ajustes necessários no projeto em questão. Sobre o terceiro projeto afirmou: O *Guia Prático de Audiências nos CEJUSCs-JT* é uma cartilha idealizada pela Dra. Selma Thury, com o objetivo de disseminar boas práticas de mediação e conciliação nas Varas do TRT-11. A proposta é contribuir para o tratamento adequado dos conflitos e facilitar a negociação entre as partes. A Dra. Selma Thury terá participação direta na elaboração.

12 - COORDENADORIA DE SISTEMAS PROCESSUAIS (CSP): O servidor **Ricardo Henrique Alves de Carvalho**, Diretor da CSP, apresentou os projetos de sua unidade destacando a especificidade da área: Diferente de muitas apresentações voltadas à área administrativa, os projetos da CSP têm foco direto na área-fim, especialmente no PJe e nos sistemas estatísticos como o e-Gestão e o DataJud. Atuamos de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

forma integrada com os sistemas responsáveis pelo eixo produtividade do prêmio CNJ de Qualidade. Temos os seguintes projetos: Projeto 1 – **Comunica PJe**: A proposta é centralizar todas as informações relevantes do sistema PJe em um único espaço, com destaque visual já na página inicial do tribunal, por meio de um ícone que indica a disponibilidade do sistema (verde para disponível, vermelho para fora do ar). A iniciativa já começou: Esse projeto começou a ser desenvolvido na reunião do Subcomitê Regional do PJe, presidido pela Desembargadora Márcia Nunes. Já liberamos um novo portal com layout atualizado e ofícios foram encaminhados à Presidência. Sobre os meios de comunicação: Vamos atuar em três frentes: publicações no portal do tribunal, grupos de WhatsApp com gestores do 1º e 2º grau, além de representantes da advocacia e das procuradorias; e envio de e-mails diretos com alertas de funcionamento e mudanças. Sobre o uso de sistemas de monitoramento: A ideia é que o próprio sistema detecte indisponibilidades e dispare mensagens automáticas, avisando inclusive sobre a geração de certidões de indisponibilidade, caso o problema ultrapasse uma hora. Isso evita confusão sobre onde está o problema: no tribunal ou na conexão do usuário, especialmente em locais como Boa Vista, onde já tivemos esse tipo de demanda. Sobre orçamento, a ideia é utilizar recursos humanos e contratuais já existentes na SETIC. Caso necessário, avaliaremos a aquisição de ferramentas adicionais. Projeto 2 – **Inova AudII**: Esse projeto busca implementar uma ferramenta oficial de gravação de audiências. Já estamos mapeando tecnologias testadas em outros tribunais, inclusive cotadas para o prêmio Inovare. Sobre a importância da padronização: Hoje, muitas audiências são gravadas com ferramentas particulares, fora da política de segurança da informação. A ideia é institucionalizar uma ferramenta oficial, apropriada à Justiça do Trabalho. Sobre as etapas: Primeiro, faremos a identificação e aquisição da ferramenta. Depois, a regulamentação institucional, com apoio da Presidência e da Corregedoria. Por fim, haverá treinamento para magistrados e servidores que realizam audiências. Sobre os benefícios: Com essa iniciativa, esperamos reduzir retrabalho, padronizar procedimentos e melhorar a tramitação processual. Tudo isso se alinha aos objetivos do prêmio CNJ de Qualidade e fortalece nossa atuação na área-fim.

13 - COORDENADORIA DE GOVERNANÇA DE CONTRATAÇÕES E OBRAS (COGCO): a servidora **Bárbara Andreza Pedrosa de Oliveira Pacheco**, Diretora da Coordenadoria de Governança de Contratações e Obras (COGCO), assim se manifestou: Na verdade, esse projeto é a junção de dois projetos inicialmente apresentados pela COGCO, que se desdobram em duas etapas: primeiro, o estabelecimento do macroprocesso das nossas contratações, que vai desembocar num plano de tratamento de riscos do tribunal. Sobre a base normativa do projeto: Temos resoluções do CNJ, do CSJT e a própria Lei de Licitações que determinam a elaboração e aprimoramento contínuo desse macroprocesso, visando integridade, transparência, celeridade nas contratações e também conformidade com as auditorias. Inclusive, já passamos por auditoria do CSJT, que apontou que o TRT-11 ainda não tem um macroprocesso de contratações definido nem um plano de tratamento de riscos específico para contratações. Sobre a estrutura proposta: O projeto propõe verificar o fluxo ideal das contratações, em conformidade com a legislação, ouvindo todos os envolvidos – desde quem faz o pedido até o gestor do contrato. Dividimos uma contratação em três fases: planejamento, seleção do fornecedor e execução contratual. A ideia é normatizar esse fluxo, resultando em um Ato institucional que estabeleça o processo de contratações no tribunal. Esse trabalho envolverá a criação de novas ferramentas de controle interno e será desenvolvido em parceria com a Gestão de Riscos, para elaboração de um plano



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

de tratamento de riscos voltado às contratações. Nosso atual manual de gestão de riscos é de 2018 e não contempla de forma específica o tema. Esse projeto visa justamente à adequação normativa, melhoria de processo e resposta às exigências legais e de auditoria. 14 - **COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (COORDCOM):** a servidora **Andreia Cristina de Almeida Nunes**, diretora da COORDCOM, apresentou os projetos *Construindo Pontes: Justiça e Sociedade* e *Governança da Comunicação*, assim se manifestando: Na primeira consulta aos gestores, haviam sido apresentados quatro projetos, mas, após análise, percebermos que dois deles tinham escopos muito semelhantes e, por isso, foram aglutinados em um só. O projeto *Comunica TRT11*, referente ao boletim de comunicados administrativos com nova roupagem, já está em fase de implementação e foi retirado da apresentação da RAE, embora permaneça no plano de comunicação da unidade. A proposta é, futuramente, com apoio da SETIC, viabilizar o uso de uma plataforma Google ou até adquirir um software de e-mail marketing. Sobre o projeto *Construindo Pontes: Justiça e Sociedade*: Esse projeto parte da ideia de implementar estratégias de comunicação integradas, com foco na aproximação do tribunal com a sociedade, o que está diretamente ligado a um dos objetivos estratégicos da gestão. A **Diretora da COORDCOM** detalhou então o conceito de comunicação integrada: É atuar em várias frentes ao mesmo tempo: redes sociais, material gráfico (mídia off) e imprensa, porque ainda há muita gente que se informa por rádio e TV. O objetivo é contribuir com essa diretriz estratégica, e entendemos que a comunicação tem um papel fundamental nisso. Uma das estratégias destacadas foi a produção de uma série documental: Queremos inverter a lógica de “o TRT11 decidiu”, e passar a mostrar o impacto que essas decisões tiveram na vida das pessoas. Vamos ouvir os jurisdicionados, mas também os servidores e magistrados que participaram daquelas ações, para reforçar o propósito e a importância do nosso trabalho. Também foi proposta a criação de vídeos com linguagem mais leve, voltados às redes sociais: Queremos escutar as pessoas, suas dúvidas, num formato tipo *Fala Povo*, e trazer os magistrados para explicar, numa linguagem simples e acessível, direitos trabalhistas. Em termos de entregas, a **Diretora da COORDCOM** falou sobre a produção de material gráfico impresso, especialmente para uso nas ações da Justiça Itinerante (ônibus, carretas etc.), explicando de forma clara o que é a Justiça do Trabalho e quais serviços ela oferece: Nosso foco é priorizar conteúdos de serviço e conteúdos jurídicos que impactam diretamente a vida das pessoas. Estabelecemos uma meta de 51% desse tipo de conteúdo nas redes sociais. Parece modesta, mas no ano passado foi apenas 20%. Então é uma virada de chave. Outra entrega importante será o relacionamento com a mídia tradicional: Queremos ampliar a presença do TRT-11 na TV e no rádio, enviando releases com qualidade, boas fotos e material sonoro gravado por magistrados ou técnicos explicando as ações. Sobre o orçamento, pontuou: Temos um parque de fotografia defasado, há mais de seis anos sem atualização. Foi alocado o montante de R\$ 15 mil, mas isso não cobre as necessidades. Precisamos de novos equipamentos, inclusive um celular com câmera de ponta para redes sociais. Também pretendemos realizar um treinamento de mídia e o estudo de viabilidade para apresentar. Sobre o segundo projeto *Governança da Comunicação*, a COORDCOM é altamente demandada por todas as unidades e, por isso, precisa de diretrizes claras: Todo mundo quer divulgação, mas temos limitação de tempo, recursos humanos e orçamento. Então, precisamos de foco. Já está em fase final o Plano de Comunicação Social do biênio 2024–2026, que deverá ser apresentado ainda este mês à Presidência. O plano vai servir como bússola para as ações da Coordenadoria,

ad



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

estabelecendo metas e métricas: Queremos saber se estamos no caminho certo. Se atirmos para todo lado, sem estratégia, a comunicação não será efetiva. Como parte disso, será desenvolvido um catálogo de serviços: A COORDCOM oferece muitos serviços, desde comunicado administrativo até produção de vídeo institucional. Tudo precisa ser feito para ontem. Por isso, queremos normatizar esse fluxo para que tenhamos uma comunicação mais eficiente. Finalizando minha fala, destaco a necessidade de atualização da Política de Comunicação Social, atualmente regida pela Resolução Administrativa nº 304/2021: A resolução é relativamente recente, mas foi feita sem ouvir a comunicação social. Por isso, ela não nos dá o respaldo necessário para guiar as nossas ações, e precisa ser revista. **15 – COORDENADORIA DE POLÍCIA JUDICIAL (COOPJUD):** O servidor **Osvaldo Henrique Rodrigues da Silva**, Diretor da CCOPJUD, iniciou sua apresentação destacando os projetos que serão executados no biênio 2024-2026: *Escudo Rosa – Proteção e a Força Feminina / Mulheres Protegendo Uma às Outras, CFTV Móvel, Mais Segurança e Transporte Seguro*. Sobre o primeiro projeto, afirmou: Este projeto fala da Lei 11.340 – a Lei Maria da Penha. Então, a segurança institucional está hoje com um olhar crítico, como servidores públicos e a nossa instituição sendo pública, precisamos dar maior atenção a essa lei. Foi realizada uma pesquisa com as servidoras no Fórum Trabalhista de Manaus e foi sugerido o nome *Escudo Rosa*. Já existe o nosso CT – Centro de Treinamento, e a segurança das mulheres é uma questão de extrema importância, principalmente no ambiente de trabalho e nas situações cotidianas. O aumento da violência doméstica e do assédio no ambiente laboral revela a necessidade de iniciativas que promovam a autonomia e a defesa pessoal. Esse projeto visa capacitar as mulheres para que possam se proteger em situações de risco, promovendo também o fortalecimento psicológico. Essa iniciativa vai oferecer segurança física e emocional, criando um ambiente de trabalho mais seguro. Essa semana mesmo, se não me engano, foi anteontem, tivemos um problema com um jurisdicionado. Uma preposta foi atacada pelo namorado dentro do tribunal. A segurança agiu, tudo foi comunicado, mas ela decidiu não registrar queixa. O projeto será realizado em parceria com a Ouvidoria da Mulher, com participação da Dra. Eulaide e também com apoio da APJ Lourdes, que participou de curso na ROCAM, com vagas que foram conseguidas junto à Polícia Militar e à Polícia Judicial. Na sequência, a palavra foi passada ao servidor **Robson Barbosa Cordeiro**, APJ, que apresentou o projeto *CFTV Móvel*: A finalidade desse projeto é fortalecer a segurança de magistrados e jurisdicionados em eventos externos do tribunal. Temos o CFTV aqui, mas quando vamos ao interior, ele não nos acompanha. Em 2023, a caravana do TRT em Rio Preto da Eva, ocorreu em local próximo a uma área de risco. Outra ação foi a visita do ministro Barroso em Humaitá. A ideia é levar câmeras PTZ, que giram quase 360º, adaptadas em pedestais ou colunas, para filmar os eventos. Podemos ainda incluir câmeras corporais como complemento, e contar com apoio da polícia local para monitoramento. Na sequência, o TC PM **Ailton Luiz dos Santos**, Diretor da Divisão de Apoio Externo Institucional - DIVAEI, apresentou os projetos *Mais Segurança e Transporte Seguro*. Sobre o primeiro, disse: O projeto *Mais Segurança* tem um propósito muito claro de modernizar o controle de acesso e fortalecer a segurança institucional, utilizando tecnologia de ponta com outros órgãos estratégicos, porque sabemos que a segurança é um pilar fundamental para qualquer instituição. Então, no TRT-11, temos a circulação diária de magistrado, de jurisdicionados, as questões de serviços que exigem da Segurança Institucional um controle mais eficiente e mais ágil. E para isso, esse projeto prevê o credenciamento digital com software nas portarias. Já conseguimos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

esse sistema com o TJ do Ceará, desenvolvido por um coronel colega nosso. A ideia é eliminar o registro manual de identificação das pessoas feito com papel e caneta nas portarias, tornando o ambiente mais seguro, cadastrando todas as pessoas que adentram, quer seja no Fórum Trabalhista de Manaus ou na sede judiciária. Além disso, queremos integrar nosso sistema, nossa Segurança Perimetral, à Secretaria de Segurança Pública, o que permitirá a identificação instantânea de riscos. A SSP hoje em alguns pontos da cidade, integra algumas câmeras com esse sistema de algoritmo facial que identifica foragidos ou pessoas procuradas. A Dra. Ione Gurgel, nova Diretora do Fórum Trabalhista de Manaus, manifestou interesse em utilizar o sistema como protótipo na entrada do Fórum. A ideia é impedir o acesso de pessoas identificadas como ameaça, com ação conjunta da Polícia Judicial e Militar. Também propomos a integração do monitoramento estratégico com a SSP, permitindo acesso às câmeras externas do TRT-11, aumentando a capacidade da Secretaria de Segurança Pública na resolução dos crimes, pois sempre que um criminoso passar próximo das nossas instalações, estaremos auxiliando a resolução externa e aumentando a nossa sensação de segurança perimetral, proporcionando um ganha-ganha para todas as partes e o melhor de tudo, isso sem impacto financeiro institucional, porque iremos aproveitar a infraestrutura que temos e ampliar através de Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Segurança Pública. Sobre o segundo projeto, **Transporte Seguro**, explicou: O transporte institucional não é apenas um desdobramento de dirigir, é um serviço que exige, primeiramente, sigilo, segurança e profissionalismo. Esse serviço enfrenta desafios que vão desde que padrões de conduta até a necessidade de uma capacitação contínua dos nossos motoristas terceirizados. Temos hoje, basicamente 30 motoristas que ficam sob a responsabilidade da terceirizada. Enfrentamos desafios como falta de capacitação mais aprofundada dos motoristas terceirizados e sem aquela sinergia do conhecimento vivenciado diariamente. Então, esse projeto propõe uma mudança estrutural na qualificação dos nossos motoristas, com foco na segurança, na eficiência e na excelência do nosso atendimento. Para isso, serão implementados treinamentos quinzenais no auditório, com a minha participação, do Daniel Carlinne e de outros especialistas parceiros do corpo de bombeiros, da Secretaria do Detran, IMMU, sempre com atualizações. Essa é a nossa meta e melhor, sem custo. Ao final da apresentação, o **Excelentíssimo Presidente do TRT-11** pediu a palavra para informar que precisava se retirar da reunião em face de compromisso institucional, proferindo o seguinte comentário: Quero agradecer a presença e o comprometimento dos gestores. A minha palavra é de agradecimento ao ver o corpo de gestores do tribunal com um interesse comum aqui, em relação à administração do 2024 a 2026. Eu espero contar sempre com vocês, nesse sentido. Eventualmente, pode ser necessário responder a demandas fora do horário regular, e conto com o comprometimento de todos e todas nessa missão à frente da Presidência. A ideia não é exigir trabalho em finais de semana ou feriados, mas reforçar que, como gestores, é importante estarmos disponíveis para atender às necessidades do Tribunal. Temas importantes já foram sinalizados por Mônica, Luana, Ildelfonso e Aldo, especialmente as questões orçamentárias e pontos centrais da administração, os demais não se preocupem, pois serão repassados a mim oportunamente. Desejo um bom fim de semana a todos. Na sequência, a **Diretora da SEGGEST** informou que a secretária-geral Gesla e o diretor Ildelfonso seriam os responsáveis por repassar o conteúdo das apresentações ao Presidente. 16 - **COORDENADORIA DE SAÚDE (CODSAU)**: o servidor **Bruno Carneiro Pinheiro**, Diretor da Coordenadoria de Saúde (CODSAU), iniciou sua fala dizendo: Primeiramente, coaduno com



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

a fala do Lucas a respeito de que muitas ações são basicamente ações que cada unidade tem que fazer. Por isso, não irei tratar aqui sobre o PCMSO, o Projeto de Gestão de Riscos e a GAS (Gratificação de Atividade de Segurança), porque são rotinas da CODSAU. Prosseguiu explicando: Vou apresentar algumas mudanças que fizemos e um pouco do que almejamos, com base na expectativa que a Presidência nos passou. A Coordenadoria de Saúde vinha enfrentando alguns problemas, então o nosso intuito não é reinventar a roda, inovar ou fazer muitas coisas diferentes. É sanar os problemas existentes e fazer um feijão com arroz bem-feito. As outras melhorias vão surgindo com o tempo, mas esse não é o foco inicial. A CODSAU possui um grande projeto: Nosso projeto se chama *Saúde em Movimento – Protegendo Vidas*. A Coordenadoria de Saúde do TRT-11 tem um protagonismo muito grande na região Norte, principalmente nas áreas de *perícia médica, medicina do trabalho e psiquiatria*. Os nossos profissionais são muito demandados por órgãos como MPT, TCE, TRE, TJ. Então, diante disso, nossa ideia é ampliar esse protagonismo. Em 2023, realizamos o primeiro *Seminário de Perícia e Medicina do Trabalho*, que foi um sucesso. O Dr. Evandro Miola, médico do trabalho do TRT-11 e referência na área, nos sugeriu a realização do segundo seminário, agora em 2025. A ideia é trazer contatos de fora, inclusive médicos peritos de outros TRTs, convidar outros órgãos para participar e reforçar nosso papel técnico na região. Isso vai nos ajudar a trazer conhecimento, networking e, principalmente, aprimorar nossos processos de perícia. A atuação pericial é uma função fundamental da Coordenadoria de Saúde e muitas vezes é negligenciada ou pouco visível. Sobre os desafios enfrentados: Um dos grandes problemas que pretendemos resolver é garantir o livre acesso dos servidores aos serviços da CODSAU. Nosso público são nossos colegas servidores — somos nós mesmos. Mas, muitas vezes, esse acesso era inviável: faltava material, equipamento, pessoal. A cadeira do odontólogo, por exemplo, não funcionava, então o atendimento não ocorria. Nós tínhamos um binômio bizarro: devolução de orçamento e falta de material. Não faz sentido faltar material numa unidade que devolve orçamento. O problema é que, como a demanda é pequena, se licitarmos em grande quantidade, acaba expirando. Tivemos um desperdício enorme de medicamentos jogados fora no fim do ano passado. Com relação a soluções: Trabalhamos junto com a Luana, da SOF — quero deixar meu agradecimento — e também à Lilian, que nos apoiou muito. Conseguimos o cartão de suprimento de fundos com o apoio do Diretor-Geral. Agora, podemos comprar em pequenas quantidades, conforme a necessidade, evitando desperdício e falta. Assim, quanto à gestão de insumos, estamos desenvolvendo o *Estoque Inteligente*, porque antes não se sabia quanto de dipirona era usado, nem o que precisava ser comprado. É inadmissível. Então, com o cartão de suprimento, estamos fazendo estimativas para ter um controle mais eficiente e saber o que deve ser licitado ou comprado diretamente. O Diretor da CODSAU comentou também sobre uma nova proposta em estudo: Estamos avaliando contratar uma empresa de ‘área protegida’. É um tipo de seguro em que a empresa garante atendimento emergencial em até três minutos, com ambulância, médico, enfermeiro, UTI móvel. Isso é importante porque a estrutura física da sede não comporta uma emergência: não temos eletrocardiógrafo, o elevador não comporta uma maca. Essa contratação cobriria, inclusive, eventos fora do expediente, como sessões do Pleno. Haverá ainda uma palestra com o Dr. Heider sobre TDH no dia 1º de agosto, Dia Internacional do Transtorno de Déficit de Atenção. E o Programa de Brigada de Resposta Rápida, coordenado pelo Dr. Pietro Alves, que é um processo contínuo de treinamento de servidores para saberem como agir em emergências médicas. Sobre o orçamento: Já fizemos remanejamentos de vários

Can



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

projetos que não serão mais executados para priorizar essas ações. Na sequência, o Diretor da Assessoria Jurídica da Presidência, **José de Arimatheia Fernandes**, fez uma observação: Essa questão das perícias é muito sensível aqui no tribunal e muitas vezes isso acaba chegando à Assessoria e ao Pleno. Teve um caso recente: um servidor que usa marca-passo queria o reconhecimento de cardiopatia grave. No evento da CODSAU, a especialista convidada afirmou que o uso de marca-passo, por si só, não caracteriza cardiopatia grave. Usei isso no parecer jurídico, citei o vídeo, inclusive com o link. O Pleno acabou indeferindo o pedido e o servidor ficou indignado, mandou e-mail para mim... Eu disse: meu amigo, não fui eu, foi a especialista que afirmou isso no evento. Em resposta, o **Diretor da CODSAU** complementou: Essas questões periciais são realmente complexas. A isenção de imposto de renda, a caracterização de PcD, tudo isso envolve análise técnica. O TEA, por exemplo, tem graus diferentes de comprometimento. E aí, o que é PcD ou não? A visão monocular, qual grau é considerado deficiência? Tudo isso passa pela nossa equipe multiprofissional. Temos uma equipe técnica muito competente, mas em muitos casos os entendimentos divergem porque são questões novas, em constante atualização. O próprio TDH, que vai ser tema da nossa palestra, é outro exemplo — em alguns casos é considerado PcD, em outros não. É algo novo e sensível. 17 – **COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS (COMANP)**: O servidor **Jurandir da Conceição Santos Filho**, Diretor da COMANP, iniciou sua apresentação dizendo: O principal projeto da COMANP para essa administração é a *Retomada da obra do Fórum Trabalhista de Manaus*, obra que nasceu em 2013 com a matéria administrativa nº 883/2013. Quanto ao estágio atual do projeto: O projeto foi dividido em 21 tópicos. Hoje estamos trabalhando do 12 ao 15, pois conseguimos trabalhar em blocos. Ontem, recebi a boa notícia de que a etapa de capacitação foi atendida. Isso vai nos permitir iniciar a documentação de forma mais precisa, para evitar tanto uma contratação ruim quanto uma execução ruim. Sobre os objetivos da condução técnica: Queremos mitigar esses riscos ao patamar mínimo e alcançar o maior sucesso possível. Em relação ao cronograma: A previsão do projeto é de 30 meses de execução. Então, em 2028, se Deus quiser, entregaremos o novo Fórum Trabalhista. Ao ser questionado sobre o estacionamento para os servidores, o **Diretor da COMANP** respondeu com franqueza: Infelizmente, não. O entorno do tribunal, pelo conhecimento da área administrativa, é bem problemático em termos de documentação. Para pensar em desapropriação, seria necessário que os imóveis estivessem devidamente registrados, o que não acontece. Por isso, neste momento, não temos uma perspectiva material sobre isso. Mas, vontade, sim, todo mundo tem. Sobre outras ações da COMANP: No eixo 2, temos a Modernização e Revitalização das Varas do Interior. Isso não é necessariamente um projeto, e sim algo que permeia naturalmente a nossa área. Sabemos da vontade do Dr. Jorge Álvaro de revitalizar o quanto antes a Vara de Eirunepé, porque, entre as 10 Varas do interior, parece ser a que se encontra hoje em pior condição. 18 – **DIVISÃO DE EXECUÇÃO CONCENTRADA (DECON)**: A servidora **Cristina Marinho da Cruz**, Diretora da DECON, iniciou sua fala pontuando o seguinte: Nós temos dois projetos na DECON. Um ainda é remanescente da administração passada, que já finalizou, mas como temos uma nova juíza coordenadora, a Dra. Yone, a minuta de resolução que consolida as normas da DECON, da Hasta Pública e dos Oficiais de Justiça precisa ser ajustada. A juíza encontra-se de férias, ainda não assumiu efetivamente a DECON. A partir de segunda-feira, a magistrada retornará e já estará com a minuta em mãos. Resta, portanto, apenas a apreciação pela Dra. Yone para que o documento seja encaminhado à Presidência e à Corregedoria. Sobre



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

o segundo projeto, este será apresentado pelo servidor Vitor Vasquez. Faço aqui minhas as palavras do Lucas Prado. Penso que podemos até encurtar essa apresentação, porque esses nossos projetos existiriam e existirão independentemente de estarem aqui. E esse outro que ele vai apresentar depende também da SETIC, e embora tenhamos um cronograma, vamos entrar em uma fila. Então, vir aqui num momento em que possamos estar aguardando uma providência da SETIC pode apenas acrescentar tempo na apresentação de todos os que efetivamente têm um caminho mais rápido nos seus projetos. A DECON se coloca à disposição para ficar de stand-by e vir aqui somente quando realmente tenha algo a apresentar, porque o que depender da gente, vai ser feito. Finalizou destacando: A DECON vai precisar da COORDCOM para fazer um vídeo institucional e, da SETIC, para o nosso portal. Em seguida, o servidor **Vitor Cruz e Silva Vasquez** iniciou a apresentação do projeto **Consolida DECON – Resolução Unificada de Normas**: O projeto tem como objetivo apresentar uma maneira simples e econômica de aproximar a execução do nosso tribunal ao cidadão comum. Vamos refletir um pouco: Vocês sabiam que apenas 29% dos Regionais, ou seja, só sete deles, têm áreas dedicadas à execução trabalhista, leilões e hastas públicas em seus portais? Sabiam que apenas um desses Regionais tem um portal de serviço que consolida pelo menos parte dessas informações? E que nenhum deles tem um portal que traga dados úteis sobre a Semana Nacional da Execução Trabalhista ou alguma mecânica que aproxime o cidadão comum da Justiça do Trabalho? Pois é, tão logo, tão breve, o TRT-11 será o oitavo Regional, o segundo e o primeiro a oferecer isso. Nós vamos ter o nosso *Portal da Execução*. Descrevo agora a estrutura do futuro portal: Ele vai aproveitar a arquitetura que já temos do Centro de Memória. A SETIC tem vários cases mostrando como isso pode funcionar de forma prática. Teremos uma aba dedicada à DECON, com informações sobre a divisão, seus serviços, um vídeo institucional apresentando nossos servidores e projetos. Outra aba será para os programas de reunião de execução, com explicações sobre como cada um funciona, demonstrando as empresas que participam. Teremos também uma aba para hastas públicas e leilões, com uma *cartilha do arrematante*, pensando naquele cidadão comum que ganhou um leilão e não sabe o que fazer depois. Sobre a democratização da linguagem: Teremos o *Dicionário da Execução*, uma forma clara, humana e não técnica de explicar a nossa realidade jurídica. Como explicar para um estivador o que é embargo de declaração? Ou exceção de pré-executividade? A proposta é facilitar o entendimento prático da execução para o cidadão comum. Também destaco outra frente: Teremos uma aba para a *Semana Nacional da Execução*, tanto com a edição presente quanto com dados históricos — que, aliás, já foram levantados. Vocês sabiam que o nosso recorde foi em 2014, com mais de R\$ 40 milhões de reais arrecadados? Aponto ainda funcionalidades estratégicas: Haverá uma aba para o *Banco das Empresas em Recuperação Judicial e Falência*. E, por último, uma aba para os *Convênios Judiciais da Execução*, oferecendo um ambiente simples e dinâmico para orientar servidores e advogados sobre como utilizar as ferramentas de pesquisa patrimonial. Finalizando a minha fala, ressalto que a proposta desse portal é fazer com que o nosso Regional esteja genuinamente próximo do cidadão comum — e, por tabela, dos advogados e operadores do direito — oferecendo informação clara, útil e acessível sobre a execução trabalhista. 19 – **DIVISÃO DE PESQUISA PATRIMONIAL (DPP)**: a servidora **Laura Driele Gomes Melo Barbosa Lindos e Lima**, diretora da DPP, assim se manifestou sobre os três projetos de sua unidade: o *Hora Onze-Execução Efetiva*, o *Conheça a DPP-Portal de Ferramentas* e o *DPP em Ação-Explorando as*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

ferramentas de Pesquisa Patrimonial. O primeiro projeto, o *Hora 11 - Execução Efetiva*, na verdade, é uma ampliação do projeto Hora 11 que inicialmente foi desenvolvido pela Secretaria de Execução da Fazenda Pública, com a finalidade de aproximar os servidores das unidades judiciárias das Varas do Trabalho com a Divisão de Pesquisa Patrimonial. Esse projeto tem por objetivo estabelecer um ambiente colaborativo, com reuniões, com encontros semanais e um encontro mensal que vai permitir um intercâmbio de informações de boas práticas, de estratégias que cada Vara administra no âmbito de sua unidade, porque se observa que os devedores são similares e muitas vezes uma coisa deu certo numa Vara e é bom que se replique para que todas as Varas tenham um desempenho, uma execução efetiva, porque a Divisão de Pesquisa Patrimonial existe para auxiliar as unidades judiciárias na atividade que é a entrega da prestação jurisdicional. Esse é um projeto que não vai demandar orçamento, será desenvolvido com a nossa estrutura. O nosso segundo projeto é o *Conheça a DPP – Portal de Ferramentas*. Há pouco, o colega Vitor apresentou a proposta do *Portal da Execução*, que ainda não conhecíamos. Em breve, pretendemos conversar sobre isso, pois pode ser muito interessante integrarmos os dois projetos. O objetivo do nosso portal é mostrar à sociedade que o Tribunal dispõe de uma divisão específica de pesquisa patrimonial – algo que outros regionais já apresentam em seus próprios portais. Queremos explicar qual é a finalidade da DPP, sua atuação e os benefícios concretos que a divisão traz para a fase de execução trabalhista. Também buscamos apresentar todas as ferramentas de pesquisa patrimonial disponíveis no tribunal e esclarecer, inclusive para os advogados, a função de cada uma delas. Muitas vezes, os advogados pedem o uso de uma ferramenta para uma finalidade inadequada, por desconhecem suas características e limites. Com o *Portal de Ferramentas*, pretendemos reunir em um único ambiente todas as ferramentas disponíveis, facilitando o acesso dos servidores e otimizando o trabalho. Hoje, a Divisão conta com 20 ferramentas de pesquisa patrimonial, cada uma adequada a uma fase específica da execução. Atualmente, os usuários precisam recorrer a inúmeros atalhos ou adicionar aos favoritos para acessar essas ferramentas. A ideia é concentrar todos os sistemas em um só lugar, com manuais de uso e vídeos tutoriais explicando o passo a passo do acesso e da aplicação de cada ferramenta. Isso porque, apesar das capacitações já oferecidas, há ferramentas que não usamos com frequência e cujo uso acaba sendo esquecido com o tempo. Os tutoriais ajudarão a relembrar e a orientar sobre o melhor uso de cada uma. Esse é, inclusive, o nosso terceiro projeto: a criação de *vídeos tutoriais*, que ficarão disponíveis no próprio Portal de Ferramentas — ou, talvez, no Portal da Execução, já que tudo está relacionado à fase de execução trabalhista. Essa fase representa um grande desafio para o Judiciário como um todo, inclusive para a Justiça do Trabalho, que, embora mais célere e eficiente, ainda enfrenta dificuldades. A DPP está aqui para apoiar, de forma concreta e efetiva, as unidades judiciárias nessa etapa, que é justamente quando se realiza, de fato, a entrega da prestação jurisdicional.

20 – DIVISÃO DE PASSAGENS E DIÁRIAS (DIPADI): o servidor **José Carlos Pereira Campos**, diretor da DIPADI, assim se manifestou sobre o projeto de sua unidade, que é o *Guia Prático do SIGEO-Diárias e Viagens*. Gostaria de iniciar apresentando a todos o Sistema de Diárias e Passagens (SIGEO). Antes, porém, quero registrar meus agradecimentos ao Diretor-Geral e à colega Luana, que tem nos guiado, inclusive deu total apoio na visita técnica ao TRT-7. Estendo um agradecimento especial ao nosso colega Rodrigo da SETIC, que se engajou completamente no projeto. Eu precisava muito do apoio da TI, e ele prontamente se dispôs. Foi ao TRT-7 junto comigo, estudou o processo, analisou o sistema e, ao retornar, disse: “Pode



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

contar comigo!”. A implantação do sistema começou em agosto de 2024, com a aprovação da Resolução nº 219 no dia 8 de agosto. A partir daí, iniciou-se uma operação “formiguinha”, com visitas a gabinetes e unidades. Esse trabalho resultou em 253 processos realizados via SIGEO em 2024, e 80 processos já registrados em 2025. Tudo tem evoluído como esperado, mas, conforme recomendado pelo Excelentíssimo Desembargador Presidente, preciso fazer um alerta: estão ocorrendo algumas inconsistências nos processos, contrariando o que prevê a Resolução. Uma delas é quanto ao prazo para solicitação de deslocamento. Quanto mais cedo o pedido for feito, melhor para o planejamento orçamentário do tribunal. Todos que viajam sabem que uma passagem comprada com antecedência tem um custo; em cima da hora, o valor é bem maior. Portanto, o Presidente será rigoroso quanto aos pedidos fora do prazo. O que é considerado fora do prazo? Segundo o art. 8º, §6º da Resolução de 2019, o pedido deve ser feito com pelo menos 10 dias de antecedência. Só serão aceitas exceções com justificativas bem fundamentadas — como o recebimento de um convite em cima da hora, por exemplo. Quero citar o COLEPRECOR como exemplo de planejamento: o Diretor-Geral e demais colegas envolvidos fizeram os pedidos com mais de um mês de antecedência. Isso possibilita uma economia significativa — uma passagem Manaus–Brasília–Manaus, por exemplo, pode custar R\$ 2 mil com antecedência, mas chega a R\$ 6 mil se comprada de última hora. Com essa diferença, seria possível viabilizar a participação de outros colegas em eventos e cursos. Outra inconsistência identificada é quanto ao fluxo de tramitação. É fundamental observar o fluxo correto: quem é subordinado à Diretoria-Geral deve seguir o fluxo da DG; quem é vinculado à Presidência, deve seguir o fluxo da Presidência. Inclusive, o campo “Presi” (abreviação de Presidência) será ajustado, pois tem gerado dúvidas. Em relação ao sistema, ele não apresenta grandes dificuldades. Atenção especial deve ser dada ao campo do banco: é importante conferir se os dados bancários estão corretos para evitar depósitos em contas erradas — o que exige estorno e retrabalho da equipe. Outro ponto de atenção é o preenchimento do campo “documento de origem”. Ao descrever a viagem, o sistema exige informações detalhadas sobre o evento, o período, o motivo. Neste campo (DP), basta citar o nome do evento; não é mais necessário anexar documentos. Em breve, nem será mais preciso utilizar o DP, pois o SIGEO de Diárias substituirá o antigo ESAP. Ainda estamos na fase de transição, mas já é possível, por exemplo, tramitar documentos diretamente pelo SIGEO, com todos os dados e anexos necessários. Sobre o projeto de capacitação: O projeto envolve também o desenvolvimento de ferramentas de capacitação para os usuários do sistema, visando facilitar o uso em todos os sentidos. Agradeço novamente ao Rodrigo e à Luana pelo apoio na implantação, ao Dr. Jorge, pelo empenho, e à equipe da DIPADI — Lilian, Fernando e Isabela — pois nenhum projeto avança sem trabalho em equipe. Em breve, será realizada a segunda parte do curso, focada em reembolso e crédito.

21 – LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO DOS OBJETIVOS SUSTENTÁVEIS (LIODS): o diretor do LIODS, servidor **Hylace Miranda Braga Filho**, assim se manifestou sobre os projetos do LIODS: o *Balcão da Empregabilidade*, o *Eco Chamado*, o *Inova TRT11* e. Sobre o *Sistema de Reciclagem Reciclativo*: Após uma semana intensa de trabalho, é comum que muitos aproveitem momentos de lazer — como uma ida ao samba ou a um encontro entre amigos. Nessas ocasiões, por exemplo, o consumo de bebidas em latinhas é bastante frequente. Mas surge uma reflexão importante: o que é feito com esse material depois do uso? Ele é separado para reciclagem? Os resíduos sólidos não orgânicos são destinados de forma adequada? É justamente a partir dessas pequenas atitudes do dia a dia que nasce a proposta do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

projeto. Já pensou se fosse possível trazer esses resíduos até o tribunal e, ao fazer isso, contribuir diretamente com uma ação sustentável? O projeto prevê a criação de um mecanismo de recebimento de materiais recicláveis, como latinhas, para incentivar a coleta seletiva dentro do ambiente institucional. A ideia é simples: estimular o engajamento de todos por meio de ações conscientes e coletivas. Mesmo aqueles que ainda não adotam a prática da reciclagem em casa podem começar aqui. Ao participar dessa iniciativa, contribui-se com o meio ambiente, fortalece-se o compromisso institucional com a responsabilidade socioambiental e promove-se um ambiente mais consciente e participativo. O verdadeiro ganho está no impacto ambiental positivo e no fortalecimento de uma cultura de sustentabilidade. Outro projeto que estamos desenvolvendo trata de um tema muito importante: a inclusão no mercado de trabalho. Me digam: alguém aqui tem um amigo, um familiar ou conhece alguma pessoa com deficiência que esteja em busca de emprego? Essa pessoa encontra facilidade para conseguir uma vaga no mercado de trabalho? A maioria não encontra. As barreiras ainda são muitas — falta de acessibilidade, preconceito, pouca oferta de vagas adaptadas. É por isso que o nosso segundo projeto se chama *Balcão da Empregabilidade*, que se destina às Pessoas com Deficiência (PcD). A proposta é justamente criar uma ponte entre essas pessoas e oportunidades reais de trabalho, promovendo inclusão, dignidade e cidadania. Outra pergunta para todos vocês: quem aqui nunca passou por uma situação em que chegou a um ambiente e se deparou com uma torneira pingando, uma luz acesa sem necessidade, um ar-condicionado ligado sem ninguém por perto, ou ainda se perguntou: “onde eu jogo esse resíduo?” ou “quem eu aviso sobre essa rachadura na parede?” São pequenos problemas que, somados, fazem diferença no nosso dia a dia. E muitas vezes, quando pensamos em comunicar, acontece algo típico — o telefone toca, chega uma matéria prioritária no e-sap, surge outra demanda... e acabamos esquecendo de registrar o chamado. Pensando nisso, criamos o projeto *Eco Chamado*, que tem como objetivo melhorar o jeito como fazemos essas comunicações internas. A ideia é tornar o processo mais ágil, acessível e eficiente. Por meio do celular, será possível abrir um chamado rapidamente, que receberá um número de protocolo e poderá ser acompanhado em tempo real. Isso trará mais transparência, rastreabilidade e agilidade. Essa nova dinâmica vai ajudar a organizar melhor os atendimentos, tanto os da SETIC, que já lida com demandas dos projetos, quanto os da equipe de manutenção, que agora também será destinatária dessas solicitações. Pode parecer que vamos acumular um grande número de chamados — e sim, isso deve acontecer. Mas isso é positivo! Porque mostra a realidade: temos muitas demandas, muitos pequenos ajustes a fazer, e isso também revela a quantidade de pessoas que precisamos para atender bem a todas elas. Esse projeto não é apenas sobre resolver problemas técnicos. É sobre cuidar do nosso espaço, com consciência, colaboração e compromisso coletivo. E isso, sim, é um avanço! Por fim, apresentamos o projeto *Inova TRT11*. A proposta surge do compromisso de fortalecer a cultura da inovação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. Inovar é, acima de tudo, propor soluções criativas para os desafios do dia a dia. E muitos desses bons exemplos já surgiram aqui — alguns, inclusive, com forte potencial de impacto. Entre as ideias mencionadas, destaca-se a proposta de realocação da força de trabalho no tribunal. Trata-se de uma iniciativa disruptiva, com grande capacidade de transformação, ainda que envolva desafios de adaptação. Outras sugestões igualmente promissoras têm sido observadas em diversos setores e apresentações, sinalizando que o TRT11 é, sim, um ambiente fértil para inovação. Esse incentivo à criatividade também é uma forma de receber e engajar as equipes, mostrando que todos fazem parte de

26



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

um tribunal comprometido com a melhoria contínua. É importante entender onde estamos posicionados em relação a outros tribunais e buscar, com determinação, avanços reais. O TRT11 tem obtido reconhecimento nacional. Por meio do LIODS, o projeto *Barco Escola* recebeu premiação nacional no ano passado. Também obtivemos o segundo lugar com o projeto *Descarboniza*. Quer dizer, mesmo sendo considerado um tribunal de porte intermediário, o TRT11 demonstra protagonismo e relevância no cenário da Justiça do Trabalho. Queremos que o *Inova TRT11* e o LIODS cheguem às Varas do interior, porque no evento sobre inovação realizado no Instituto Iara no ano passado, nós mapeamos a questão de gargalos na comunicação e também a falta de empatia, eu posso dizer assim, com os nossos colegas e as Varas do interior, por todo o tribunal, de uma maneira geral, sem individualidade. A iniciativa integra, portanto, essa estratégia de aproximação e valorização do interior. A proposta é levar o LIODS às Varas do interior e de Boa Vista, promovendo ações de sensibilização e aplicabilidade em temas como sustentabilidade, acessibilidade, inclusão, empatia e conhecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Trata-se de um esforço para garantir que todas as unidades compreendam e participem das iniciativas que estão sendo desenvolvidas, promovendo um ambiente mais justo, acessível e inovador. Encerrando sua fala, o **Diretor do LIODS** fez uma menção bem-humorada à servidora Luana, Diretora da SOF, garantindo que, mesmo diante de eventuais restrições orçamentárias, o valor de R\$ 200.000,00 estaria tranquilamente assegurado para a execução das propostas apresentadas, provocando risos na plateia. O encerramento da reunião foi feito pela Juíza Auxiliar da Presidência **Carla Priscilla Silva Nobre**, que falou o seguinte: Gostaria de encerrar esta reunião destacando a qualidade e a relevância das propostas de projetos que nos foram apresentadas hoje. Fico muito satisfeita ao ver o comprometimento de todas as unidades em propor iniciativas inovadoras, alinhadas aos objetivos estratégicos do nosso tribunal e aos eixos prioritários da atual gestão. As ideias apresentadas demonstram maturidade, criatividade e, sobretudo, viabilidade. Em sua grande maioria, os projetos já reúnem os elementos necessários para aprovação, faltando apenas pequenos ajustes formais, que certamente serão realizados com o mesmo cuidado e empenho demonstrados até aqui. Agradeço, sinceramente, a presença e o envolvimento de todos e todas. Contem com o nosso apoio no que for necessário para a implementação dessas ações. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 13 horas e 25 minutos, sendo lavrada a presente ata por mim, **Winder Jane Moreira Silva**, Diretora da Divisão de Projetos e Iniciativas Nacionais e secretária da presente reunião, que depois de lida e achada conforme será assinada por quem de direito.

Carla Priscilla Silva Nobre
Juíza Auxiliar da Presidência do TRT-11